



**INSTITUTO
FEDERAL**
Brasília

Instituto Federal de Brasília
Campus Brasília
Curso Tecnologia em Gestão Pública

ANDRÉ GUSTAVO DE JESUS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DE GRADUANDOS E
EGRESSOS DO CURSO DE TGP DO IFB**

Brasília
2023

ANDRÉ GUSTAVO DE JESUS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DE GRADUANDOS E
EGRESSOS DO CURSO DE TGP DO IFB**

Monografia apresentada ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Brasília do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador(a): Prof.^a M.^a Denise Gomes de Moura

Brasília
2023

P436 Pereira, André Gustavo de Jesus.

A educação financeira na perspectiva de graduandos e egressos do Curso de TGP do IFB. / André Gustavo de Jesus Pereira. – Brasília, 2023.

62 f. : il. color.

Orientadora: Denise Gomes de Moura.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Tecnologia em Gestão Pública, 2023.

1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais. 3. Cidadania. I. Moura, Denise Gomes de. I. Título.

CDU 658.15

ANDRÉ GUSTAVO DE JESUS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DE GRADUANDOS E
EGRESSOS DO CURSO DE TGP DO IFB**

Monografia apresentada ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Brasília do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a M.^a Denise Gomes de Moura

Aprovado em 18 de Janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Denise Gomes de Moura - Orientadora

Prof. Dr. Philippe Tshimanga
Kabutakapua - Avaliador

Prof.^a M.^a Bibiani Borges Dias - Avaliadora

Dedico este trabalho ao meu avô, Emílio Pereira Ferreira, e minha avô, Valdomira Dionísio de Jesus Pereira. Sua mentalidade e força de vontade foram base para esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo o apoio, princípios e valores dados durante todo o meu desenvolvimento.

A Denise Gomes de Moura, por ter me auxiliado com sua orientação em todas as etapas da pesquisa, sua participação foi imprescindível para este trabalho.

A todos que apoiaram de forma direta ou indireta para o andamento desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho se propôs a analisar a perspectiva da educação financeira como um instrumento viabilizador de desenvolvimento e cidadania no contexto dos veteranos e agentes públicos egressos do curso de Tecnologia em Gestão Pública (TGP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) – Campus Brasília do ano de 2022. A priori é feita uma breve explicação do histórico brasileiro memorável e legal da educação voltada para finanças. A metodologia adotada foi a pesquisa de campo descritiva, em um recorte transversal com uma abordagem qualificativa de natureza aplicada. Diante dessa escolha, foi adotado um questionário entre dois grupos, graduandos e agentes públicos egressos, sendo que no último envolveu também uma entrevista. Isto exposto, o objetivo geral é analisar a percepção dos graduandos e de agentes públicos egressos do curso supracitado sobre a educação financeira. De modo mais específico, foca-se em: assimilar a percepção dos discentes do último período de TGP do IFB em relação à educação financeira; apontar se o grau de saber financeiro dos graduandos de TGP do IFB é adequado para um bom exercício da cidadania e do desenvolvimento pessoal; verificar junto com agentes públicos graduados no curso de TGP o impacto qualificativo do saber financeiro em suas atribuições. Com a pesquisa foi possível concluir que os conhecimentos financeiros tem uma importante presença em um contexto de gestão e que há uma lacuna a ser preenchida, na visão de formandos e de agentes públicos formados, nesse saber dentro do curso de TGP do IFB. Os dados apontam também que alguns conhecimentos financeiros básicos apresentados não estão nivelados com um grau de nível superior, exigindo assim um aprimoramento. Ainda, como viés de recomendação, há a proposta de avaliar uma mudança na matriz curricular.

Palavras-chave: Educação Financeira; Finanças Pessoais; Cidadania.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This work proposes to analyze the perspective of financial education as an instrument that enables development and citizenship in the context of veterans and public agents who graduated from the Technology in Public Management (TPM) course at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Brasília (FIB) – Campus Brasilia of the year 2022. A priori, a brief explanation is given of the memorable and legal Brazilian history of education focused on finance. The methodology adopted was descriptive field research, in a cross section with a qualitative approach of an applied nature. Given this choice, a questionnaire was adopted between two groups, undergraduates and former public agents, the latter of which also involved an interview. Having said that, the general objective is to analyze the perception of undergraduates and public agents who graduated from the aforementioned course on financial education. More specifically, it focuses on: assimilating the perception of students in the last period of TPM at the FIB in relation to financial education; point out whether the degree of financial knowledge of FIB TPM graduates is adequate for a good exercise of citizenship and personal development; verify, together with public agents graduated in the TPM course, the qualifying impact of financial knowledge in their attributions. With the research it was possible to conclude that financial knowledge has an important presence in a management context and that there is a gap to be filled, in the view of graduates and trained public agents, in this knowledge within the FIB TPM course. The data also point out that some basic financial knowledge presented is not leveled with a higher level degree, thus requiring an improvement. Still, as a recommendation bias, there is the proposal to evaluate a change in the curriculum matrix..

Keywords: Financial Education; Personal finances; Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1 - Componente curricular do curso de Técnico em Serviços Públicos Matemática Aplicada.....	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos graduandos de TGP do IFB	24
Tabela 2 - Nota média dos graduandos de TGP do IFB.....	26
Tabela 3 - Nota média dos graduandos de TGP do IFB sobre diversificação de risco, inflação e conceitos numéricos simples	27
Tabela 4 - Nota média dos graduandos de TGP do IFB sobre juros compostos	28
Tabela 5 - Perfil financeiro dos graduandos de TGP do IFB.....	29
Tabela 6 - Fonte relevante de educação financeira dos graduandos de TGP do IFB	30
Tabela 7 - Familiaridade de investimentos dos graduandos de TGP do IFB	31
Tabela 8 - Comportamentos financeiros de TGP do IFB	32
Tabela 9 - Hábitos de consumo dos graduandos de TGP do IFB.....	33
Tabela 10 - Grau de segurança dos graduandos de TGP do IFB sobre finanças gerais	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CF	Constituição Federal
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CPF	Cadastro de Pessoa Física
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SEEC	Secretária de Estado de Economia
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERASA	Serviços de Assessoria S.A.
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGP	Tecnologia em Gestão Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Justificativa	13
1.2	Pergunta de Pesquisa	14
1.3	Objetivos.....	14
1.3.1	<i>Objetivos Específicos</i>	<i>14</i>
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Educação financeira e Cidadania.....	15
2.2	Breve histórico da educação financeira no Brasil e seus impactos..	16
2.3	Aspecto legal da educação financeira e seus resultados	19
3	METODOLOGIA	20
3.1	Caracterização da Pesquisa	20
3.2	População e amostra	21
3.2.1	<i>Breve observação em relação ao acesso aos alunos do último período.....</i>	<i>22</i>
3.3	Instrumento de coleta de dados.....	22
3.4	Coleta e análise dos dados.....	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1	Perfil sociodemográfico.....	24
4.2	Resultado do questionário sobre Alfabetização Financeira	26
4.2.1	<i>Resultado do questionário aplicado aos graduandos de TGP do IFB em relação a diversificação de risco, inflação e conceitos numéricos simples.....</i>	<i>27</i>
4.2.2	<i>Resultado do questionário aplicado aos graduandos de TGP do IFB sobre juros compostos.....</i>	<i>27</i>
4.3	Percepção sobre educação financeira.....	28
4.3.1	<i>Perfil financeiro dos graduandos de TGP do IFB</i>	<i>28</i>
4.3.2	<i>Fonte de Educação Financeira dos graduandos de TGP do IFB</i>	<i>29</i>
4.3.3	<i>Familiaridade com investimentos dos graduandos de TGP do IFB ..</i>	<i>30</i>
4.3.4	<i>Comportamento financeiro e hábitos de consumo dos graduandos de TGP do IFB.....</i>	<i>31</i>
4.3.5	<i>Grau de segurança dos graduandos de TGP do IFB</i>	<i>33</i>
4.4	A educação financeira no dia a dia de agentes públicos egressos de TGP do IFB.....	35

4.5	Ligação do Projeto Pedagógico do Curso de TGP do IFB com a Educação Financeira.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5.1	Limitações deste trabalho e indicações para pesquisas futuras.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE A — APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO.....	46
	APÊNDICE B — ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	53
	APÊNDICE C — TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	55

1 INTRODUÇÃO

Entre o final da década de 80 e a década de 90 grandes mudanças aconteceram no Brasil. Nessa ocasião, alterações legais e institucionais, reformas neoliberais, a estabilização da moeda e a presença da globalização tecnológica reorientaram a relação do Estado brasileiro com o seu povo ocasionando assim um rompimento do modelo de governo paternalista ao transferir para população brasileira responsabilidades que antes eram do governo exigindo assim uma postura mais ativa na gestão das finanças pessoais (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Ainda, durante a década de 2000 os serviços financeiros tiveram um alto crescimento em acesso e inovação. De modo que comparando o começo com o fim desta década “a participação de crédito destinado às pessoas físicas praticamente dobrou” (GALEANO; FEIJÓ, 2012, p. 207). Deste cenário histórico de transições e inovações financeiras e econômicas foi gerada uma demanda que a população brasileira estava despreparada educacionalmente. Sendo assim, é preciso que as instituições de ensino em parceria com as ações do Estado promovam saber e lucidez à massa para fortalecer a cidadania (PELICIOLI, 2011).

Em vista disso, é possível identificar a relevância de disseminar a temática. Tanto que, em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi implementada no Brasil, com base nos critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como ato público central para prospectar a educação financeira ao povo. E assim, o assunto começou a ser introduzido na pauta pública, mesmo com as ações tomadas serem insuficientes considerando o baixo nível de saber financeiro apurado (FANTIN, 2020).

Diante disso, é oportuno identificar e analisar a percepção dos graduandos e de agentes públicos egressos do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública (TGP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) sobre a educação financeira. Já que são aptos ou quase aptos a terem contato direto e/ou indireto com recursos e políticas públicas em uma gestão em que o saber financeiro é base para gerar valor e eficiência, assim como é fonte de apoio para outras atividades. Do mesmo modo que são membros ativos na sociedade, onde os conhecimentos financeiros promovem, também, desenvolvimento pessoal.

1.1 Justificativa

A pesquisa se justifica ao saber que a promoção educacional do exercício da cidadania e do desenvolvimento pessoal e profissional são direitos do povo brasileiro, segundo o artigo 205 da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988). Ainda, aumentar a capacidade financeira dos cidadãos resulta em uma série de efeitos positivos. Já que a saúde financeira está ligada com a saúde física e mental e quando positiva eleva a qualidade de vida, produtividade e a inclusão dos brasileiros, mas quando negativa é conexas a depressão, ansiedade, vícios, desinteresse, estresse, insônia, problemas familiares etc. Assim, itens como o patrimônio, escolaridade, saúde, estado emocional, hábitos de consumo e meios comerciais dos indivíduos e do país são melhor desenvolvidos (BCB, 2018).

Diante disso, a educação financeira induz crescimento econômico, estabilidade, regulamentação das instituições financeiras e proteção do consumidor ao promover ensino e senso crítico tendo assim alta relevância social (OCDE, 2005). Também, como cita Worthington (2006, *apud* SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007) a educação financeira com temas como gestão de recursos, interpretação de dados financeiros, mecanismos de governança, fluxos de caixa e compreensão econômica conduz diversas habilidades para contextos profissionais e pessoais, trazendo assim valor aos discentes e profissionais da gestão pública.

1.2 Pergunta de Pesquisa

Sendo assim, há necessidade e espaço para desenvolver noções específicas ligadas a finanças. O que leva a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é a percepção dos graduandos e de agentes públicos graduados do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFB do ano de 2022 acerca da educação financeira?

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é analisar a percepção dos graduandos e agentes públicos graduados no Curso Superior de TGP do IFB campus Brasília do ano de 2022, a partir da perspectiva da educação financeira como um instrumento para ampliar a cidadania e o desenvolvimento.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Assimilar a percepção dos graduandos no segundo semestre de 2022 de TGP do IFB em relação à educação financeira;
- Apontar se o grau de saber financeiro dos graduandos no segundo semestre de 2022 de TGP do IFB é adequado para um bom exercício da cidadania e do desenvolvimento pessoal;
- Verificar junto com agentes públicos graduados em 2022 no curso de TGP do IFB o impacto qualificativo do saber financeiro em suas atribuições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados: os conceitos para a compreensão do que é a educação financeira e a cidadania. Ainda, brevemente, o desenrolar histórico e impacto do *status* financeiro dos cidadãos. Bem como os esforços públicos sobre a problemática e seus resultados com base em pesquisas nos últimos anos.

2.1 Educação financeira e Cidadania

Sobre a compreensão do que é a educação, Freire (2001) descreve como um processo fundamental de capacitação, estudo político, reflexão ética, ampliação da legalidade e formação científica e técnica sendo ela fundamental para transformar realidades e sua falta é fonte de retrocesso social. Assim, a verdadeira educação é aquela que estimula o desenvolvimento das demandas do povo (FREIRE, 1981) estando diretamente relacionada ao progresso como participante da sociedade, compreensão de ações, senso de responsabilidade, preparo e qualidade de vida.

Há ainda o fator tecnológico que inovou o ato de educar. Em destaque, na modalidade de ensino em que o educador e o aprendiz estão separados física e/ou temporalmente, mas conectados através de ferramentas tecnológicas, conforme descrito no decreto 9.057 (BRASIL, 2017). Dessa forma, instrumentos validados como e-books, podcasts, vídeo aulas entre outros permitem propagar conhecimento de forma democrática, acessível e estimulante. Ainda, esse potencial pode ser ampliado com o apoio do poder público por possibilitar divulgar e reproduzir informativos em locais estratégicos e exclusivos, como no transporte público, instituições de ensino, lotéricas e centros comerciais e urbanos.

Sobre a educação financeira a OCDE descreve como um processo regular, permanente e imparcial de ensino de conceitos, contextos e produtos financeiros que desenvolvam habilidade, capacidade e segurança para fazer escolhas que vão gerar bem estar financeiro (OCDE, 2005). Já para o economista Ricardo Pinheiro (2008) a educação financeira é associada à habilidade de administrar com lucidez recursos financeiros, lidar com situações previstas e imprevistas, analisar impactos, ter noção de direitos e deveres e ser ciente de fontes de suporte confiáveis.

Ainda, cidadão é aquele que tem o direito de poder participar ativamente da gestão da sua sociedade e quem não tem a cidadania está excluído do processo decisório e da vida social (DALLARI, 1998). Assim a educação financeira pode ser ligada ao fortalecimento da cidadania já que desenvolve o poder de determinar ações, interesses, condutas e execuções como uma parte do corpo social.

Diante disso, para que se integre na sociedade, ser ativo no âmbito financeiro e ampliar bem estar é necessário que o povo compreenda as forças que afetam seu dia a dia e as relações com os demais e para isso cabe ao setor público propagar, fortalecer e consolidar a educação financeira (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007) especialmente com as atuais ferramentas tecnológicas que permitem fazer isso de forma ampla e qualificada. Para isso, o Banco Central do Brasil (BCB) vem trazendo panorama prático da cidadania financeira que é:

o exercício de direitos e deveres que permite o cidadão gerenciar bem seus recursos [...] por meio de um contexto de inclusão financeira, de educação financeira, de proteção do consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro (BCB, 2018, p. 7).

2.2 Breve histórico da educação financeira no Brasil e seus impactos

Se tratando da educação financeira, o Brasil vivenciou um contexto de altíssima instabilidade e insegurança. Entre 1964 a 1985 o país viveu um regime ditatorial onde o projeto educacional era vinculado ao projeto político do governo (SOUZA; TAVARES, 2014). Nesse contexto, a ampla limitação proposital do saber e a instrução ideológica gerou pouca margem para o desenvolvimento intelectual, o que segundo Freire (1981), é um tipo de violência política perante ao cidadão.

Ademais, entre a década de 60 a 90 o Brasil registrou inconstâncias monetárias. Tanto que entre 1966 a 1994, em um intervalo de 29 anos, o país teve 8 moedas titulares diferentes (MARTINS, 2003). Do mesmo modo que, se teve altíssimos índices de inflação, ou perda de poder de compra, de forma que

indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostram que a inflação média ao ano entre 1980 e 1989 foi de 233,5% e entre 1990 e 1999 foi de 499,2% (MOUZINHO; SANTOS, 2020). Assim como, considerando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 1964 a 1994 a inflação acumulada foi de 1.302.442.989.947.180,00% (LEITÃO, 2011). Esse cenário de alta inflação desenvolveu uma cultura de gastar no prazo mais curto para não perder ou perder menos poder de compra (PINHEIRO, 2008). Assim, esse contexto de instabilidade, perda de valor e impasse na unidade de conta deixou marcas profundas no consciente e inconsciente de várias gerações de brasileiros.

Ainda, uma medida econômica inconstitucional do governo Collor em 1990, para também controlar a inflação, limitou e bloqueou por meses o acesso a ativos e a poupança de milhões de cidadãos, em um acontecimento conhecido como confisco (SILVEIRA; PEREIRA, 2021). Esse ato foi visto como uma violência contra o povo, onde infartos, suicídios, depressão, cancelamento de projetos e diversos malefícios e tragédias foram provocados (LEITÃO, 2011). E a consequência disso são mais traumas e desconfiâncias de parte da população com o Estado.

Esse contexto histórico teve sua reestruturação com alguns marcos. Entre eles a reforma monetária em 1994 com o Plano Real, que foi crucial para regular a inflação e adotar no país uma nova moeda. E a promulgação da CF em 1988 que tem, segundo Neto e Garcia (2017), características de origem liberal social, defesa de direitos individuais, fundamentais e sociais, dispositivos de limitações de poder arbitrário do Estado e o institucionalismo democrático. E que também tem características econômicas do sistema capitalista (JUNIOR, 2016).

Nesse cenário, o Estado Brasileiro sofreu grandes alterações. Nisso, o teor intervencionista foi substituído pela característica gerencial e setores econômicos e o fornecimento de serviços, antes públicos, se tornaram de encargos privados (SANTOS, 2020). Exigindo assim do cidadão comum maior atuação para ser consciente de direitos e deveres e ter aumento de qualidade de vida.

A partir de 2002 a inclusão financeira teve maior atenção da gestão pública. Diante disso, para os cidadãos de baixa renda o acesso a microcrédito e as contas de depósito tiveram sua admissão facilitada, custos foram reduzidos e normas foram feitas aos bancos para direcionar crédito (SELA; GREATTI, 2018). Isto viabilizou a entrada dessa amostra populacional no sistema financeiro e apoiou políticas e

programas do Estado de cunho social e de incentivo ao microempreendedor, já que promoveu a ligação simplificada de recursos estratégicos até o beneficiário.

Com o tempo a tecnologia adentrou no setor financeiro e por consequência uma série de benefícios foram expostos. Sendo assim, barreiras ligadas ao contato com bens financeiros como condições, custos, direcionamento de *marketing* e acesso geográfico (ANDERLONI; BRAGA; CARLUCCIO, 2006), que antes eram elitizados, foram popularizadas. Assim, como cita Fantin (2020, p. 13) “verifica-se, desde o início do século XXI, o crescimento do acesso do cidadão a produtos e serviços financeiros” o que aumentou exponencialmente o contato com itens do sistema financeiro de pessoas que antes eram excluídas.

Tanto que atualmente há 187.816.692 de Cadastros de Pessoas Físicas (CPF's) ligados ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) seja associado a contas, bens, investimentos, direitos e/ou valores (BCB, 2022). Assim, fazendo um cálculo da população brasileira atual estimada em 212 milhões (IBGE, 2022), pode-se notar que cerca de 89% do povo brasileiro teve algum contato com o SFN. Tendo, ainda, o apoio de alguns bancos e/ou corretoras que nos últimos anos se digitalizaram com taxas acessíveis, incentivando a bancarização e o processo de investimento.

Mas nessa transição, mesmo com a consolidação financeira e econômica o analfabetismo financeiro se manteve assim como o aumento de consumo sem o saber de planejamento de finanças pessoais gerou endividamento na população (UOL, 2014 *apud* VILLA, 2017) já que as famílias, escolas e o governo não ensinaram a educação financeira para as próximas gerações. E isso, agravado com a memória negativa de parte da massa em investir e guardar dinheiro, resulta na população uma série de dificuldades em desenvolver sua capacidade financeira.

Sendo assim, é pouco efetivo desenvolver medidas ou ter um cenário de ampliação de acesso sem antes qualificar o usuário, podendo gerar inúmeras problemáticas. Como cita Baumann (2008) em um contexto onde o consumo não possui noção e razão lógica pode-se ter efeitos a curtíssimo prazo de êxtase, mas com o tempo se tem frustração, arrependimento e dor. E isso pode ser visto como uma armadilha, já que a ordem de relação imediata de custo e benefício é quebrada e é possível ter o benefício bem antes de se ter a noção e arcar com os custos.

Com isso o acesso a bens e serviços tende a crescer o que demanda a melhor percepção da finalidade de consumo. Sobre isso, Baumann (1999) cita no paradigma do turista a diferença entre o turista e o andarilho, onde o primeiro tem

liberdade, autonomia, busca qualidade, prioriza sonhos e aproveita oportunidades e é bem diferente do segundo, que não teve o direito de ser um “turista”. Com isso, inúmeros fatores positivos da ampliação de acesso e inovação como troca de conhecimento, velocidade informacional, avanço tecnológico e aumento da qualidade de vida vem a gerar muito valor ao cidadão brasileiro desde que sejam acessíveis para que as demandas sejam atendidas de uma forma uniforme, sustentável e estável sem o caráter alienado e exclusivo.

2.3 Aspecto legal da educação financeira e seus resultados

O Decreto Federal 7.397/2010 criou a ENEF, sendo a primeira ampla ação pública para promover a educação financeira fomentando a cidadania, a tomada de decisões conscientes e a eficiência e solidez do SFN (BRASIL, 2010). Mas a ação se mostra insuficiente, já que o Brasil apresenta baixos níveis de educação financeira antes e depois da ENEF, considerando o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2015 (FANTIN, 2020), mas também é visto em demais indicadores e pesquisas ligados ao tema.

É possível ver um grau de analfabetismo financeiro. Tanto que com base na abrangente pesquisa global de alfabetização financeira do Centro Global de Excelência em Educação Financeira, em entrevistas realizadas em 2014, 65% dos brasileiros foram considerados analfabetos financeiros, especificamente no assunto de juros simples e compostos, diversificação de risco e inflação (GFLEC, 2016).

Também é notável hábitos ruins de planejamento financeiro. Apoiado no levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) (2020), pode-se afirmar que 48% dos brasileiros não fazem um controle efetivo das finanças pessoais e dos 52% que executam esse gerenciamento apenas 33% realizam de forma adequada, ou seja, com antecedência e expectativas de receitas e despesas.

Ainda os alunos do Brasil ficaram abaixo da média da OCDE no PISA nas duas últimas avaliações de letramento financeiro. Onde em 2015 e 2018 a média geral foi de, respectivamente, 489 (OCDE, 2017) e 505 (OCDE, 2020) enquanto no Brasil essa média foi de 393 (OCDE, 2017) e 420 (OCDE, 2020). Mesmo com um aumento na média brasileira entre o intervalo das pesquisas do programa, elas se mostram limitadas e lentas frente aos outros países e à necessidade nacional.

Somado a isso é visível o endividamento em parte relevante população. Isso pode ser visto no mapa de inadimplência do Serviços de Assessoria S.A. (SERASA) de novembro de 2022 onde o número total de inadimplentes no Brasil era de 69,83 milhões (SERASA, 2022). O que, comparando com os atuais 212 milhões de brasileiros (IBGE, 2022), atinge cerca de 33% da população.

Uma outra amostra disso é vista em um estudo de caso do BCB¹ (OCDE, 2015) em que foram identificados indícios ruins entre a população foco. Entre eles, os principais motivos para o endividamento foram: eventos inesperados, falta de planejamento e empréstimos cedidos a terceiros. Ademais, múltiplos entrevistados atribuem o endividamento por culpa própria, mas também das instituições financeiras por: conceder de créditos não solicitados, impor altas taxas e ofertar excessivamente crédito. Ainda, vários participantes deixam de quitar despesas para usar o prazo de 5 anos do direito de cobrança de dívida, defendida pelo Código Civil Brasileiro, para prescrever ou ter melhores ofertas de condições de pagamento.

Diante disso, a demanda financeira tem crescido nos últimos anos. Mas olhando o aspecto qualitativo a ampliação de acesso sem uma educação ampla e eficiente vem gerando uma série de atrasos no desenvolvimento social e individual que resultam em uma série de malefícios diretos e indiretos que enfraquecem a cidadania, mesmo tendo uma estratégia nacional focada em evitar essas anomalias.

3 METODOLOGIA

Nessa seção serão descritos os modos e critérios usados na pesquisa. Com seu aspecto de caracterização, população e amostra, meios usados para coletar dados e sobre a coleta e análise dos dados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esse estudo tem por base uma pesquisa de campo descritiva, que busca analisar a percepção dos graduandos e agentes públicos egressos do curso de TGP do IFB do ano de 2022. Gonsalves (2001) cita que a pesquisa de campo busca a informação diretamente com o grupo pesquisado, onde o pesquisador vai até onde o fenômeno ocorre e reúne um conjunto de dados a serem documentados. Sobre o

¹ Entrevistas feitas em 2014 com dois grupos de 8 a 10 participantes de quatro regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre)

aspecto descritivo, Silva e Menezes (2001) aponta que se refere a descrever características de determinada população ou estabelecer relações entre variáveis, que envolve técnicas de coletas de dados via questionário e observação sistemática.

A pesquisa aderiu a um recorte transversal, ou seja, é realizada em uma percepção em um momento específico. Também, adotou uma abordagem qualitativa de natureza aplicada onde ocorre a interpretação dos fenômenos e a definição de significados na relação entre o sujeito e o seu contexto (SILVA; MENEZES, 2001).

3.2 População e amostra

Esta pesquisa focou em dois grupos que estão ou estiveram no status de alunos do curso de TGP do IFB do ano de 2022. Foi delimitado, como primeiro grupo, os alunos do quinto e último semestre com a premissa de ser um perfil de possíveis futuros gestores públicos, com ensino superior e noção forte de cidadania. Ainda, escolheu-se, como segundo grupo, agentes públicos egressos do curso com a premissa de avaliar o impacto que os conhecimentos financeiros influenciam em suas funções profissionais e pessoais.

A escolha dessa população de pesquisa se deu pela escassez de matérias específicas dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio e fundamental vivenciados pelos dois grupos, que tratem especificamente da educação voltada para finanças e suas ramificações assim como na falta de componentes curriculares do curso de TGP do IFB voltados para o aprofundamento das finanças, principalmente o aspecto prático. Visto que é suposto ser necessário ter esse conhecimento para que, como gestor e usuário, a cidadania e o desenvolvimento pessoal e coletivo possam ser ampliados. E assim com a pesquisa é possível ter uma noção dos efeitos dessa falta em grupos com o mesmo perfil, mas em fases de maturação diferentes.

Conforme disponibilização de lista enviada pelo Registro Acadêmico do curso teve-se o acesso a três turmas do quinto e último período de 2022 com um total de 239 estudantes inscritos, entre elas as turmas A e B do período noturno e a turma A do período vespertino com respectivamente 117, 43 e 79 alunos matriculados, mas há 25 estudantes com matrícula duplicada, 10 alunos com matrícula trancada, 1 aluno com matrícula cancelada e 1 matrícula ativa vinculada ao autor que foi ignorada. Isto exposto, há assim um alcance total de 202 alunos no 5º semestre com matrícula ativa, desses se obteve 34 respostas voluntárias, o que corresponde a

aproximadamente 17% da amostra selecionada. Ainda, foram selecionados 2 agentes ligados ao serviço público que se graduaram no curso superior de TGP do IFB no primeiro semestre letivo de 2022.

3.2.1 Breve observação em relação ao acesso aos alunos do último período

Sobretudo, vale destacar que o número de 202 alunos com matrícula ativa no último semestre pode estar alterado. Visto que no processo seletivo do segundo semestre de 2020 pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), formalizado pelo edital N° 7 de 2020 (IFB, 2020), foram ofertadas 80 vagas para o curso Superior de TGP do IFB e foi nesse processo em que os alunos que não reprovaram em nenhuma matéria se encontram no último semestre de 2022.

Nesse meio tempo, alunos que estavam com pendências em componentes curriculares ou na apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) decorrentes do semestre anterior e que já finalizaram ou outras anomalias e desatualizações no sistema de matrícula, como *status* que deveriam estar como “trancados” ou “cancelados” e não estão, podem afetar esse indicador. Um exemplo prático se vê em um participante da pesquisa que citou que está no “4º semestre cursando matéria do 3º” mas o mesmo está com matrícula ativa no quinto semestre².

Diante disso, o número de respostas voluntárias obtidas, 34, é o equivalente a uma sala comum do curso e pode representar um maior percentual do total de alunos com matrícula realmente ativa no último semestre. Diante disso, apesar de se ter obtido 17% de respostas voluntárias perante as matrículas ativas se pressupõe que a abrangência da amostra foco é maior.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Ao primeiro e segundo grupo, foram enviados por canais eletrônicos – *e-mail* e *WhatsApp* – aos participantes da pesquisa, um formulário eletrônico, elaborado através da plataforma do *Google-Forms*, presente no Apêndice A. O questionário possui um total de cinco sessões, com 24 questões a serem preenchidas em formato fechado. O foco é traçar um perfil por meio dos aspectos sociodemográficos, aplicar um questionário de cinco questões para avaliar o grau de alfabetismo financeiro e obter percepções financeiras.

² Informação obtida por meio do questionário aplicado.

Já especificamente no segundo grupo, foi aplicado uma entrevista semiestruturada. Seu desenvolvimento foi guiado com um roteiro elaborado pelo aplicativo *Word* com 5 questões a serem respondidas de forma aberta e um espaço para comentários e observações abertas, exibido no Apêndice B. O intuito é desenvolver como os conhecimentos financeiros estão anexados no dia a dia de servidores que atuam com o serviço público para se ter uma noção do seu grau de importância assim como sua percepção frente às matérias de finanças aplicadas durante a realização do curso de TGP do IFB.

3.4 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados está correlacionada com o objetivo da pesquisa ao interagir com o pesquisado indo a campo (SILVA; MENEZES, 2001). Por permitir maior conforto ao respondente e ter maior amplitude e facilidade de contato com o público foco, foram escolhidos meios *on-line* para coletar informações.

Um formulário virtual foi elaborado pelo pesquisador para ser aplicado no grupo de graduandos, conforme apresentado no Apêndice A. Na sequência foi solicitado pela orientadora, por uma demanda do pesquisador, a relação em planilha *Excel* dos alunos com matrícula no 5º semestre ao Registro Acadêmico do curso que foi recebida no dia 03 de dezembro de 2022. Após isso o período destinado à apuração do primeiro questionário foi de cerca das 14h do dia 05 de dezembro até às 14h do dia 14 de dezembro de 2022, com a primeira tentativa de contato em massa via *e-mail* no dia 05 de dezembro de 2022 e a segunda tentativa de contato em massa dia 12 de dezembro de 2022 via *WhatsApp*.

Um roteiro de entrevista, visto no Apêndice B, foi criado pelo pesquisador para aplicar ao grupo de formados e em seguida um formulário virtual novo foi criado com igualdade ao aplicado ao primeiro grupo, mas com adaptações aos agentes públicos egressos. Por indicação da orientadora e do pesquisador, dois servidores ligados ao serviço público formados em TGP do IFB participaram da pesquisa, onde a aplicação do questionário e a entrevista foram realizadas nos dias 20 e 21 de dezembro de 2022 referentes às tentativas de contato feitas dia 15 de dezembro via *e-mail* e *WhatsApp*.

Após coletar os dados, é necessário organizar, analisar e discutir os resultados, como cita Silva e Menezes (2001). E ainda segundo as autoras, visto os avanços tecnológicos, índices, tabelas e gráficos são instrumentos virtuais comuns

para se apresentar os resultados. Diante disso, eles serão usados para demonstrar com maior facilidade os resultados e discussões da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para estabelecer uma relação analítica entre as informações recebidas, o problema de pesquisa e os objetivos (Silva; Menezes, 2001) essa seção vai desenvolver e apresentar os dados coletados pelos questionários e as entrevistas. Para isso, focou em delimitar os perfis dos dois grupos selecionados. Também, exibir os resultados do questionário de alfabetização financeira aplicado e percepções financeiras dos graduandos do curso supracitado. E ainda, verificar a importância da educação financeira no contexto de agentes públicos egressos e analisar a educação financeira dentro do curso de TGP do IFB.

4.1 Perfil sociodemográfico

No que se refere ao perfil dos respondentes, com base na tabela 1, constatou-se que o maior grupo dos graduandos, dentre os 34 participantes, são: do gênero feminino, da turma 5A noturno ou 5A vespertino; agentes públicos; de raça parda; com idade entre 18 e 26 anos; de estado civil solteiro; com ensino superior em curso ou incompleto e recebendo de 1 a 2 salários mínimos por mês. Esse perfil geral é correspondente a jovens que iniciaram sua vida acadêmica e profissional voltada ao serviço público e com responsabilidades financeiras individuais.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos graduandos de TGP do IFB

Critério	Item	Qnt.	%
1 Turma	1.1 TGP 5A Vespertino	12	35,29
	1.2 TGP 5A Noturno	12	35,29
	1.3 TGP 5B Noturno	9	26,47
	1.4 Outros	1	2,94
2 Ocupação profissional	2.1 Servidor Público (Inclui qualquer agente público)	13	38,23
	2.2 Sem ocupação	11	32,35
	2.3 Servidor Privado	7	20,58
	2.4 Autônomo/Empreendedor	3	8,82
3 Gênero	3.1 Feminino	23	67,64
	3.2 Masculino	11	32,35

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos graduandos de TGP do IFB (conclusão)

Critério	Item	Qnt.	%
4 Raça	4.1 Parda	15	44,11
	4.2 Branca	11	32,35
	4.3 Preta	8	23,52
5 Faixa etária	5.1 Entre 18 e 26 anos	21	61,76
	5.2 Entre 27 e 35 anos	5	14,70
	5.3 Entre 36 e 44 anos	4	11,76
	5.4 Entre 45 e 53 anos	3	8,82
	5.5 Entre 54 e 62 anos	1	2,94
6 Estado Civil	6.1 Solteiro - Nunca casou e/ou mantém relacionamento estável sem vínculo jurídico	24	70,59
	6.2 Casado - União formalizada via matrimônio	10	29,41
7 Grau de escolaridade	7.1 Ensino Superior incompleto ou em curso	29	85,29
	7.2 Ensino Superior	4	11,76
	7.3 Pós-Graduação	1	2,94
8 Faixa de Renda	8.1 Entre 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1.212,00 até R\$ 2424,00)	13	38,23
	8.2 Entre 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 2.424,01 até R\$ 3.636,00)	7	20,58
	8.3 Menos que 1 salário mínimo (até R\$ 1.211,99)	6	17,64
	8.4 Acima de 5 salários mínimos (de R\$ 6.060,00 para cima)	5	14,70
	8.5 Prefiro não identificar	2	5,88
	8.6 Entre 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 3.636,01 até R\$ 4.848,00)	1	2,94

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Se tratando da participação dos dois agentes públicos egressos. Ambos, M.B.P.L. e M.S.M., que tiveram seus nomes abreviados para preservar suas identidades, se formaram em agosto de 2022 no curso de TGP do IFB, são agentes públicos que atuam de forma particular em colaboração com o Estado e autorizaram o uso das informações passadas durante entrevistas, conforme as transcrições presente no Apêndice C.

Conforme entrevista, M.B.P.L. ingressou no funcionalismo público em 2019 como estagiário da Frente Nacional de Prefeitos e desde 2021 está na função de responsável pela assessoria técnica e parlamentar da instituição. Ainda, possui Especialização em Direito Civil e Processual Civil, Bacharelado em Direito, Tecnologia em Gestão Pública e Técnico de Serviços Públicos.

De acordo com o relato, em entrevista, M.S.M. começou no serviço público como estagiário no Tribunal de Justiça durante o ensino médio e após iniciar o curso

de TGP no IFB ingressou em um estágio na Secretaria de Estado de Economia (SEEC) do Distrito Federal e após 1 ano e 5 meses foi indicado para o, seu atual, cargo de assessor técnico da SEEC. Também, possui o título acadêmico de tecnólogo em gestão pública.

4.2 Resultado do questionário sobre Alfabetização Financeira

Em relação ao grupo de graduandos, como é exibido na tabela 2, a maioria do grupo, 70,6%, foi considerado financeiramente alfabetizado ao seguir o critério de obter no mínimo 5 de 8 pontos ou acertar 3 das 5 perguntas, sendo que os assuntos de: diversificação de risco; inflação e conceitos numéricos simples tem uma questão cada valendo 2 pontos e o assunto de juros compostos tem duas questões valendo 1 ponto cada. Para Freire (1989, p. 9) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele processo”, ou seja, o processo de alfabetização é o primeiro passo para que se possa ter a competência de interpretar um contexto.

Tabela 2 - Nota média dos graduandos de TGP do IFB

Nota média	0/8	1/8	3/8	4/8	5/8	6/8	7/8	8/8
Número de graduandos	1	1	3	5	5	12	2	5
Percentual de graduandos	2,94	2,94	8,82	14,70	14,70	35,29	5,88	14,70

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Assim, a maioria dos graduandos foram considerados financeiramente alfabetizados, mas apenas cinco alunos tiveram acerto máximo. Assim, caso fosse exigido o aproveitamento total das questões 85,3% do grupo seriam considerados analfabetos financeiros, que se tratando de alunos em um grau de educação superior é um indicador muito alto. E essa perspectiva é importante para avaliar o quão os quatro conceitos abordados, de alto impacto dentro de qualquer ambiente de gestão, estão inseridos no grupo. Em especial pelo analfabetismo financeiro ser indicado como contribuinte para crises financeiras internacionais, como a de 2008, ele deve ser amplamente evitado (BCB; 2018 *apud* OCDE/INFE, 2009).

Já dentre os agentes públicos egressos, M.S.M. acertou todas as questões, tirando pontuação máxima. Já M.B.P.L., acertou duas questões, sendo sobre inflação e conceitos numéricos simples e errou três questões, sendo duas sobre juros compostos e uma sobre diversificação de risco.

4.2.1 Resultado do questionário aplicado aos graduandos de TGP do IFB em relação a diversificação de risco, inflação e conceitos numéricos simples

Situando como base de dados a tabela 3. Gerenciar riscos é importante para alcançar resultados e o percentual de acerto de 50% obtido mostra que parte relevante da amostra não dominou esse aspecto. E isso é preocupante já que seu conhecimento é base para a tomada de decisão, otimização de recursos e redução de impactos. Sendo que riscos estão como potencial em vários contextos da gestão indicando possíveis oportunidades, mas é preciso ter ciência e precaução para que independente do que aconteça não venha gerar mal-estar (PELICIOLI, 2011).

Do mesmo modo, ter noção da inflação e cálculos básicos é relevante já que há o contato frequente com reajustes e números. A resultante do assunto de inflação foi muito boa já que a grande maioria dos graduandos, 79,41%, tiveram êxito nesse tema. Já o indicador dos conceitos numéricos simples, apesar de ter uma maioria de acerto com 67,65%, se mostra como um ponto de atenção já que esse tipo de saber é base para conceitos numéricos mais avançados, resolução de problemas e atuação dentro de cenários mais complexos.

Tabela 3 - Nota média dos graduandos de TGP do IFB sobre diversificação de risco, inflação e conceitos numéricos simples

Assunto	Respostas corretas	Respostas incorretas	% de aproveitamento
Diversificação de riscos	17	17	50
Inflação	27	7	79,41
Conceitos numéricos simples	23	11	67,65

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

4.2.2 Resultado do questionário aplicado aos graduandos de TGP do IFB sobre juros compostos.

Com base na tabela 4, cerca de 53% do grupo demonstrou um domínio pleno sobre juros compostos, acertando as duas questões de nível básico. E esse é um ponto de atenção, já que seu conhecimento é base para atividades financeiras e uso de *softwares* e aplicativos, tais como *Excel* e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que participam de um processo de automatização, processamento de dados em massa, demonstração de perspectivas financeiras, projeções e diversos outros. E apesar da grande maioria ter acertado ao menos uma questão, cerca de 74%, é

preciso ter a habilidade de aplicar esse conteúdo em diferentes ocasiões e cenários e isso só foi alcançado por cerca de metade da amostra.

Tabela 4 - Nota média dos graduandos de TGP do IFB sobre juros compostos

Juros compostos	Respostas corretas	Respostas incorretas	% de aproveitamento
Questão 01	25	9	73,53
Questão 02	22	12	64,71
Questões 01 e 02	18	16	52,94

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

4.3 Percepção sobre educação financeira

Essa subseção está focada em expor o perfil financeiro, contato com investimentos, fonte de saber financeiro, comportamentos, hábitos e graus de segurança dos graduandos e a perspectiva dos agentes públicos egressos em relação a educação financeira em seu contexto profissional e pessoal e ainda sobre a educação financeira no contexto do curso de TGP do IFB. Vale destacar que percepção se difere da realidade, já que a primeira é como alguém entende algo, geralmente com base em uma influência social e externa, e a realidade é como algo realmente é, normalmente demanda esforço e saber interno para ser revelado.

4.3.1 Perfil financeiro dos graduandos de TGP do IFB

Como é possível ver na tabela 5, metade da amostra exerce a função de chefe de família, ou seja, são gestores do seu contexto financeiro pessoal, e cerca de 35% do grupo apenas acompanha a situação financeira. Assim, a grande maioria já está em uma atividade primária de gestão de recursos em um contexto. Nisso, a educação financeira gera ensinamentos de planejamentos e estratégias financeiras que apoiam a prosperidade das finanças pessoais e familiares (VILLA, 2017).

Todos do grupo exercem um tipo de controle financeiro, como é visível na tabela 5. O controle financeiro ideal é feito de uma forma ampla com uma noção completa do contexto em que se está, mas também, por uma questão de tempo, logística e necessidade pode ser feito periodicamente e nesses dois tipos tiveram, respectivamente, 47% e 20,6% de participação, com a maioria do grupo executando um bom controle. Um descontrole financeiro tem reflexos negativos que veem a enfraquecer uma série de direitos (FANTIN, 2020), sendo assim há um ponto de

atenção nos 32,4% do grupo que tem apenas uma noção dos principais gastos e ganhos o que pode tornar o processo de tomada de decisão ilógico e a gestão de riscos feita sem consciência gerando uma série de potenciais problemas financeiros.

Tabela 5 - Perfil financeiro dos graduandos de TGP do IFB

Tema		Nº de alunos	% de alunos
Chefia de família	Um(a) dos(as) chefes de família	13	38,2
	Não chefiado, mas sou ciente da situação financeira	12	35,3
	Não	5	14,7
	Único(a) chefe de família	4	11,8
Controle das finanças pessoais	Constante, onde todos os gastos e ganhos são considerados e tenho uma noção completa da minha situação financeira	16	47,1
	Tenho uma noção dos principais gastos e ganhos	11	32,4
	Periódico, onde os gastos e ganhos são considerados de uma forma geral ou superficial e tenho uma noção básica da minha saúde financeira	7	20,6
	Não faço nenhum tipo de controle financeiro	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

4.3.2 Fonte de Educação Financeira dos graduandos de TGP do IFB

Como é mostrado na tabela 6, cerca de 68% dos alunos buscaram por iniciativa própria a parte relevante do conhecimento financeiro. Isso pode ser visto como um risco já que nem todos têm acesso a informações de qualidade e de segurança. Assim, pode-se notar também uma falha nas fases dos graus de escolaridade, já que ninguém da amostra cita ter recebido esse conhecimento no ensino fundamental e cerca de 6% receberam durante o ensino médio e isso afeta uma continuidade da progressão de grau de dificuldade e complexidade dessas informações entre a escala educacional. Assim, é papel do cidadão buscar conhecimento financeiro e das instituições educacionais oferecer saber financeiro de forma qualificada e facilitada (BCB, 2018) mas é possível identificar uma falha nesse processo com base na percepção dos graduandos.

Ademais, ao menos, respectivamente, 29,41% e 20,59% dos graduandos adquiriram esse conhecimento em conversas com família e amigos. Cabe citar que normalmente não há o hábito de discutir com essas duas fontes assuntos ligados à gestão financeira, às vezes sendo interpretado até como uma invasão de

privacidade, o que deve ser evitado (VILLA, 2017). Mas isso pode ser também um risco, já que podem ser transferidas informações erradas uma vez que os parentes e colegas nem sempre têm bons saberes financeiros. Nisso, a educação financeira vem a proteger o usuário oferecendo informações que venham a garantir o recebimento de informações corretas e o combate de *fake news* (BCB, 2018).

Tabela 6 - Fonte relevante de educação financeira dos graduandos de TGP do IFB

Onde você adquiriu a parte relevante do seu conhecimento financeiro? OBS: Pode ser apontado mais de uma resposta

Item	Número de graduandos
Sozinho, por meio pesquisas e estudos independentes	23
Em conversas com a família	10
No ensino superior, durante o curso de TGP do IFB	9
Em conversas com amigos	7
No ensino superior, fora do curso de TGP do IFB	4
No ensino médio	2
No ensino fundamental	0
Nunca teve nenhum contato com a educação financeira	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Ainda, 73,53% dos alunos não citam os assuntos financeiros recebidos durante o curso de TGP do IFB como parte relevante no seu gabarito intelectual. Sobre isso, durante a entrevista, M.S.M. aponta que no decorrer do curso teve muito pouco contato com questões financeiras, com apenas uma matéria aprofundando finanças e as demais abordando de forma superficial. Ainda sobre, no decorrer da entrevista, M.B.P.L. cita que o componente ligado a finanças na sua visão é falho, mas ressalta que suas disciplinas financeiras foram feitas de forma online e acredita que um contato pessoal ajudaria a desenvolver melhor diversos assuntos, mesmo os que não estão na grade curricular como matemática financeira e estatística.

4.3.3 Familiaridade com investimentos dos graduandos de TGP do IFB

Como é visto na tabela 7, cerca de 23,5% do grupo não faz nenhum tipo de investimento e alguns fatores como falta de conhecimento, segurança e renda podem ser os motivadores disso. Cabe frisar que investir é basicamente renunciar recursos no presente com a perspectiva de um retorno maior no futuro (VILLA, 2017) sendo ligado ao progresso e desenvolvimento.

Tabela 7 - Familiaridade de investimentos dos graduandos de TGP do IFB

Tipo de investimento. OBS: Pode ser apontado mais de uma resposta	n° de familiarizados	% de familiarizados
Poupança	20	58,82
Carteiras digitais atreladas ao CDI	9	26,47
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	8	23,53
Não invisto meu dinheiro	8	23,53
Ações	7	20,59
Títulos do Tesouro Direto	5	14,71
Letras de Crédito (LCI e LCA)	4	11,76
Fundo Imobiliário	4	11,76
Câmbio e criptomoedas	1	2,94
Fundos ou outros investimentos de renda variável não citados anteriormente	1	2,94

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

O investimento mais familiar entre os respondentes é a poupança, com 58,8% de familiarizados. Cabe destacar que investimentos como carteiras digitais atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos do tesouro direto e letras de crédito com respectivamente, 26,5%, 23,5%, 14,7% e 11,8% de contato, mesmo sendo superior ou parcialmente igual em quesitos como risco, garantias, segurança, rentabilidade e/ou incidência de impostos tem menos familiaridade se comparado com a poupança. Poupar é importante, assim como é alocar os recursos no melhor local para cada perfil.

Com isso é possível ver que a maioria tem um perfil conservador em relação a investimentos. O que não é uma problemática desde que outros investimentos não sejam feitos por escolha e não por falta de acesso e conhecimento. De modo que, apenas, respectivamente, 7, 5 e 1 participantes dos 34 têm contato com os investimentos de renda variável tais como ações, fundos imobiliários e fundos gerais de renda variável, ou seja, no máximo 20,6% da amostra.

Se tratando da entrevista aplicada. M.B.P.L. relata que já passou por dificuldades em entender o mercado financeiro, títulos públicos, indicadores, projeções e fluxo de caixa. Já M.S.M. cita que tem receio de investir por falta de conhecimento de alocação patrimonial e tipos de investimento mesmo tendo vontade de ter uma regra para controle financeiro e investir no mercado financeiro via ações.

4.3.4 Comportamento financeiro e hábitos de consumo dos graduandos de TGP do IFB

Se tratando de comportamentos financeiros, como exibido na tabela 8, a maioria concorda, parcialmente ou totalmente, em fazer e executar planejamentos financeiros, pagar contas em dia, ter uma ou mais reservas e investir de acordo com o seu perfil. Ainda, cerca de 56% do grupo tem o costume de consumir conteúdos de gestão financeira de forma independente, indicador que é correlacionado com a fonte relevante de educação financeira, mostrada na tabela 6, onde cerca de 68% buscou por iniciativa própria. Diante disso o grupo se comporta financeiramente bem, ato compatível com um aspecto da cidadania financeira onde um bom comportamento gera bem estar dentro da sociedade (BCB, 2018).

Tabela 8 - Comportamentos financeiros de TGP do IFB

Sobre seus comportamentos financeiros responda com "DT" - Discordo Totalmente; "DP" - Discordo Parcialmente; "NCD" - Não Concordo Nem Discordo; "CP" - Concordo Parcialmente; "CT" - Concordo Totalmente

Itens	DT	DP	NCD	CP	CT
Estabeleço metas financeiras que influenciam na administração financeira. Como por exemplo, juntar dinheiro por 1 ano para comprar um carro ou fazer uma viagem	5	5	3	8	13
Pago as minhas despesas até a data de vencimento para evitar juros e cortes.	1	0	4	6	23
Sigo um planejamento financeiro conforme foi programado	1	8	4	10	11
Tenho uma ou mais reservas para imprevistos e/ou emergências	5	4	5	10	10
Costumo pesquisar, assistir ou ouvir conteúdos de gestão financeira de forma independente, em redes sociais por exemplo	5	5	5	7	12
Faço investimentos de acordo com o meu perfil financeiro, ou seja, com preferências e expectativas a grau de risco, segurança, liquidez, prazos, rentabilidade etc.	6	1	4	11	12

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Se tratando dos hábitos de consumo, visto na tabela 9, a maioria do grupo concorda, de forma plena ou parcial, que faz aquisições de acordo com critérios lógicos, sem impulsividade, a par do sentido de compra e ciente dos melhores meios de pagamento em relação a prazos. Assim, a educação financeira trata sobre o hábito de consumir, alocar patrimônio e ser eficiente e sobre isso o grupo apresenta perfil bom em sua maioria, já que se supõe que um grupo que faz bom consumo dos seus recursos individuais tende a fazer um bom uso de recursos coletivos.

Tabela 9 - Hábitos de consumo dos graduandos de TGP do IFB

Sobre seus hábitos de consumo com "DT" - Discordo Totalmente; "DP" - Discordo Parcialmente; "NCD" - Não Concordo Nem Discordo; "CP" - Concordo Parcialmente; "CT" - Concordo Totalmente

Itens	DT	DP	NCD	CP	CT
Consigo estabelecer regras de compra para evitar que as minhas decisões sejam feitas por fatores ilógicos	4	4	3	11	12
Costumo comprar de forma objetiva, sem impulsividade	4	7	3	13	7
Busco informações disponíveis sobre os produtos e serviços que estou interessado para entender a motivação e o sentido da aquisição	1	4	0	9	20
Sei em quais momentos é melhor pagar uma compra à vista ou parcelado no cartão de crédito	3	4	3	10	14

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

É pertinente citar, novamente, que a percepção pode não condizer com a realidade. Diante disso, um grupo pode acreditar que tem bons hábitos e costumes, mas caso seja avaliado de forma impessoal e profunda, pode ser possível chegar em outra conclusão. O uso do cartão de crédito seria um bom exemplo disso, já que vários no mercado têm programas de proteção de preço, seguros, recompensas, *cashback*, assistências, cursos qualificatórios e diversos outros, mas esses benefícios muitas vezes não são usados pois o consumidor não sabe que os tem. Do mesmo modo que, há pessoas que não tem ou tem de um modo insuficiente reservas para emergências e em caso de um evento inesperado, como uma reforma residencial ou um custeio de tratamento médico repentino, recursos podem vir a fazer falta ao ponto de precisar se endividar para pegar empréstimos.

4.3.5 Grau de segurança dos graduandos de TGP do IFB

Com o apoio da tabela 10 é possível analisar a faixa de aspectos e situações financeiras do grupo. Sendo que com base em todos os oito critérios abordados se têm um perfil médio geral de 4,72 de 7 ou 67,43% que aponta um grau de segurança razoavelmente bom.

A gestão financeira, com um grau de segurança de 64,71%, é ligada a administração, planejamento, controle e análise de recursos. Se tratando da habilidade de compreender e interpretar fatos, fatores e indicadores econômicos o grau de segurança é de 64,71%. Nesses dois critérios a educação financeira traz resultados positivos em micro contextos e macro contextos, em quesitos como

consumo, investimentos, percepção de reflexos macroeconômicos, interpretação dos mercados etc. (FANTIN, 2020) atuando como um potencializador.

Tabela 10 - Grau de segurança dos graduandos de TGP do IFB sobre finanças gerais

O quão seguro você se sente sobre: Sendo uma escala onde 1 - muitíssimo inseguro e 7 - muitíssimo seguro

Escala:	01	02	03	04	05	06	07	Escala Méd. aprox.
Meus conhecimentos de gestão financeira	1	2	6	8	13	4	0	4,24
Minha compreensão dos fatos, fatores e indicadores econômicos (tais como inflação, taxa juros, câmbio, <i>commodities</i> etc e como eles se afetam o meu dia a dia)	3	1	2	10	7	9	2	4,53
Meus conhecimentos para adotar modalidades de empréstimos tradicionais (tais como financiamento de bens, empréstimo pessoal, cartão de crédito, cheque especial e outros do gênero)	4	4	4	5	3	10	4	4,32
Meu saber em cálculos matemáticos básico (tais como operações de adição, subtração, divisão e multiplicação)	1	0	4	3	4	6	16	5,68
Meu saber em cálculos estatísticos (tais como juros simples e compostos, média, interpretação de tabelas e gráficos etc)	1	4	3	6	7	11	2	4,62
Sobre a saúde das minhas finanças quando eu me aposentar	3	4	3	5	6	7	6	4,53
Minha gestão de riscos e oportunidades	4	1	3	8	9	3	6	4,47
Sobre a importância de eu considerar a possibilidade de inserir na grade curricular do meu curso uma disciplina específica de educação financeira que aborda conteúdos como: Estatística, gestão financeira, matemática financeira, investimentos assertivos, hábitos e consumo eficiente, uso de modalidades de crédito, direitos e deveres relacionados a produtos e serviços financeiros, cidadania financeira etc.	2	2	3	4	3	4	16	5,35

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados.

Já sobre a tomada de modalidades de empréstimo, que abre um leque de oportunidades e benefícios se bem usado, o grau de segurança dos alunos é de 61,71%. Considerando o grau de segurança de 64,71% em relação à saúde

financeira ao se aposentar é relevante ter um cuidado ligado a isso, pois no *status* de aposentado a capacidade de gerar dinheiro é diminuída e os gastos, em especial com qualidade de vida, aumentam. Cabe citar que aquele que tem um planejamento seguro e robusto adaptado ao longo prazo terá, possivelmente, maior tranquilidade econômica futura (PELICIOLI, 2011) sendo assim necessário controlar dívidas e reservar recursos estrategicamente pensando em prazos distintos.

Sobre a gestão de riscos e oportunidades dos alunos, importante para a tomada de decisão, o grau de segurança é de 63,85%. Convém destacar que o grau de acerto do questionário aplicado ligado a esse tema, conforme tabela 3, foi de 50%, assim o grupo demonstrou ter, cerca de 14%, mais segurança em seu saber do que realmente demonstrar quando testado. Sendo que ter riscos desnecessários e repentinos podem gerar uma série de situações inconvenientes (PELICIOLI, 2011).

Acerca de cálculos básicos e estatísticos da amostra o grau de segurança é de, respectivamente, 81,14% e 66%. Cabe realçar o grau de acerto do questionário aplicado, conforme tabela 3 e 4, onde a questão de conceitos numéricos simples teve 67,65% e de juros compostos teve 52,94% nas duas questões, sendo, respectivamente, 73,53% e 64,71% na primeira e segunda questão. Comparando o grau de confiança de estatística com as questões de juros compostos o saber está dentro da margem. Mas verificando o resultado da questão de conceitos numéricos básicos, que poderia ser feita usando operações de adição, multiplicação e divisão, com o seu grau de segurança a diferença é de -13,49%, o que mostra que alguns tiveram mais segurança de atender do que realmente atender.

Também, 76,43% dos graduandos estão seguros sobre a importância da inserção de uma componente específica de educação financeira e suas ramificações dentro da grade curricular do curso de TGP do IFB. Complementar a isso, sobre o curso de TGP do IFB, M.B.P.L. cita, em entrevista, que sentiu falta de noções de cálculos matemáticos e estatísticos e que um aprofundamento teórico e prático no contexto da gestão pública e pessoal iria gerar muito valor na sua vida como agente público e cidadão, assim como M.S.M. diz, durante entrevista aplicada, que sentiu falta desse conteúdo no decorrer do curso e que se tivesse recebido seria de grande proveito para sua vida pessoal e profissional como servidor público.

4.4 A educação financeira no dia a dia de agentes públicos egressos de TGP do IFB

M.B.P.L. cita, no decorrer da entrevista, que conhecimentos financeiros são relevantes no dia a dia de um agente público, e que sentiu falta desse direcionamento durante o curso. Destaca principalmente que na sua função é exigido projetar questões financeiras e desenvolver análise de indicadores, estatísticas, históricos e métricas, assim como fazer observações de arrecadação tributária e de distribuição de renda. Ainda, é concluído que esse tipo de conhecimento é fundamental na sua função pública.

M.S.M., durante a entrevista, cita que durante seu estágio na Secretaria de Economia cursou a matéria de finanças públicas, mas não conseguiu associar ela a sua função ainda questões como cálculo, uso de ferramentas financeiras e matemática básica não foram ensinadas durante o curso assim como a interpretação quanti-qualitativa de contratos públicos. Ainda, descreve que essas questões eram essenciais na sua função e para compensar essa falta precisou buscar esses conhecimentos em outras fontes e que acredita ser necessário ter mais contato com a matemática geral dentro do curso.

Diante disso, os dois agentes citam que em suas funções o saber financeiro é exigido e necessário, tanto em questões complexas como análises quanto em itens simples como cálculos. Para que essa perspectiva de ausência, na visão dos dois entrevistados, não venha a atingir as demais gerações de graduados no curso de TGP do IFB urge uma ação avaliativa da instituição.

4.5 Ligação do Projeto Pedagógico do Curso de TGP do IFB com a Educação Financeira

O curso de TGP do IFB está no contexto em que a gestão pública demanda uma administração que busca melhores resultados e desempenhos e foco no cidadão a fim de ofertar os melhores serviços públicos e para isso forma e aperfeiçoa profissionais para atenderem essa necessidade, principalmente em Brasília em que se tem a concentração dos órgãos dos três poderes (IFB, 2017). Sendo assim, tem o objetivo de contribuir para a eficiência da gestão pública, seja diretamente em instituições públicas ou indiretamente via instituições privadas que atuam com o Estado (IFB, 2017)

Dentro da grade curricular existem duas matérias ligadas a finanças, entre elas “Finanças Públicas” e “Planejamento e Orçamento Público” e uma interligada indiretamente que é a “Contabilidade Aplicada ao Setor Público” (IFB, 2017), já que

o contexto financeiro é relacionado a gestão operacional e o contexto contábil trata da consolidação de informações. Todos os conteúdos com extrema importância, abordando leis e contextos orçamentários, normas e atuação frente às finanças públicas e o campo da contabilidade aplicado ao setor público. Mas uma observação notável é uma ausência de uma matéria específica que seria base, inclusive, para as três matérias citadas anteriormente no que se diz à cálculos e percepções.

Diante desse vazio entre as os componentes, a educação financeira pode vir a preencher uma lacuna. Principalmente, nos assuntos de ciências contábeis, cálculos e estatísticas, uso de ferramentas matemáticas, direitos e deveres financeiros dos cidadãos, gestão de recursos e hábitos de consumo aplicados ao contexto da gestão pública. Isso teria grande impacto, visto que é necessário ter esse conhecimento para alocar recursos com eficiência; perceber, analisar, executar e gerar noção de impacto de ações públicas voltada a finanças; fortalecer e compartilhar a ciência de direitos do cidadão e aumentar a noção de deveres como, provável, agente público nos quesitos financeiros.

Do mesmo modo, ainda é lógico cogitar ensinar finanças pessoais. Já que se pressupõe que agentes públicos que têm bem estar, motivação e realização profissional tendem a ter aumento na produtividade, motivação, diminuição de falhas, crescimento no engajamento e melhora no clima organizacional e para isso é necessário, também, ter bem estar financeiro. Ainda, os servidores públicos, especialmente os efetivos, possuem um *status* financeiro de estabilidade, salário alto e com baixo risco, o que induz uma alta facilidade de acesso de crédito, o que pode ser uma fonte de mal-estar financeiro se mal usado. Diante disso, a saúde da vida particular do agente público está diretamente ligada com a sua participação na eficiência da gestão pública, logo seria pertinente ao foco do curso.

Ainda sobre a importância do tema no contexto governamental, se fundamenta em apoiar a eficiência das suas atividades com público. Sobre isso, inúmeras normas, como o artigo 203 e 03 da CF (BRASIL, 1988) que tratam, respectivamente, da assistência social e da redução de desigualdades, e programas públicos se tornam mais efetivos se implementados com a educação financeira. De modo que, usando como exemplo os programas “Auxílio Brasil” e “Minha Casa, Minha Vida”, cabe refletir o quão a distribuição de renda e bens teria maior impacto e valor ao usuário alvo ao ensiná-lo, por meio da educação financeira, como gerir,

preservar, prover e investir da melhor forma aos recursos recebidos. E para isso é essencial que a gestão domine e saiba da influência desse saber.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da ideia base para esse trabalho se deu por questionamentos do autor, que também é um graduando, sobre a experiência durante o curso com componentes curriculares de exatas voltadas a finanças, onde se tem duas matérias com maior foco no curso: Finanças Públicas e Planejamento e Orçamento Público, mas sem nenhum contato com cálculos, estatística, probabilidade, ferramentas financeiras, matemática aplicada e diversos outros assuntos que são base para questões numéricas dentro de um contexto de gestão. E com isso surgiu uma premissa para ser investigada. Complementar a isso, em relato durante a entrevista, M.B.P.L. cita, com base em sua experiência, que o curso tem um conteúdo voltado mais para humanas o que mostra um desequilíbrio em relação às matérias de exatas que desenvolvem conteúdos altamente relevantes para um servidor público.

Este estudo tem o foco geral de investigar a percepção dos graduandos e de agentes públicos egressos do curso de TGP do IFB e de forma específica tem a meta de aferir a percepção e o saber financeiro dos formandos e explorar o impacto dos conhecimentos financeiros no contexto de agentes públicos formados. Todos os objetivos foram atingidos, visto que o alvo geral de analisar percepções foi desenvolvido nas categorias de: perfil sociodemográfico; resultado do questionário aplicado; percepção e perfil financeiro e o papel da educação financeira no contexto do curso referenciado e no dia a dia dos servidores públicos. Portanto, no desenrolar dessas categorias, por meio de constatações e considerações e do resultado das entrevistas e formulários aplicados, os objetivos específicos foram atendidos.

Com o trabalho foi possível fazer algumas observações sobre o conhecimento e visão financeira dos graduandos de TGP. Se tratando do perfil, a maioria são jovens que já atuam profissionalmente dentro do serviço público que pelo questionário de alfabetização financeira foi possível constatar um grau de conhecimentos financeiros básicos com espaço para aprimoramento levando em conta que todos são, quase, graduados em um curso de nível superior. Já sobre a percepção financeira a maioria participa ativamente do seu contexto de gestão financeira familiar e para executar esse gerenciamento, também no contexto

profissional, buscou esse tipo de conhecimento de maneira independente sendo que a grande maioria não cita como parte relevante dos seus saberes financeiros, dentro de seus contextos, os conhecimentos recebidos durante o curso de TGP do IFB. Ainda sobre, possui um perfil de investimento conservador e hábitos e comportamentos de consumo razoavelmente bons.

Considerando os agentes públicos egressos, algumas óticas foram visíveis. A atuação dos dois entrevistados dentro do trabalho permitiu ver o quão relevante os conhecimentos financeiros são nas suas funções como servidores públicos, considerando que essa temática deveria, na opinião deles, ter sido passada de forma mais profunda e específica durante sua graduação do curso de TGP do IFB e essa carência foi preenchida por meio de estudos independentes ou outras modalidades de curso. Mas, cabe ponderar quantos graduados do curso supracitado serão lançados ao mercado de trabalho com carências em assuntos financeiros e desses quantos identificarão a importância e fontes confiáveis, qualificadoras e seguras de ter esse conhecimento.

Com o fim de não apenas apontar uma possível problemática como também uma solução em potencial há a sugestão de incluir um novo componente no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de TGP do IFB. Sobre isso, M.B.P.L. cita, durante entrevista, que cursou o curso Técnico em Serviços Públicos do IFB, antes de se graduar em TGP, em que pela disciplina de matemática aplicada aprendeu assuntos como estatística e matemática financeira e básica que são, em sua opinião, conceitos essenciais para quem trabalha na gestão pública e ainda cita que sentiu falta desses conceitos dentro do curso TGP do IFB.

Com base nisso, sugere-se que durante o primeiro semestre do curso de TGP tenha um componente curricular semelhante ao curso Técnico em Serviços Públicos (IFB, 2019), conforme citado no quadro 01, com o título de “Matemática Aplicada” ou “Matemática Aplicada a Gestão Pública” como requisito obrigatório para a matéria de Planejamento e Orçamento Público. Essa sugestão foi pensada pois, a matriz sugerida é do mesmo eixo tecnológico, Gestão e Negócios, que o curso de TGP do IFB e já possui uma estrutura operacional pronta com espaço, validação, familiaridade e docentes já inclusos dentro do IFB campus Brasília bastando realizar adaptações ao contexto do curso superior e em seguida uma alteração na grade curricular.

Quadro 1 - Componente curricular do curso de Técnico em Serviços Públicos Matemática Aplicada

Componente Curricular	Matemática Aplicada Carga horária: 60h
Habili- dades	i) Identifica em uma situação problema as informações ou variáveis relevantes e as possíveis estratégias para resolvê-la; ii) Reconhece, utiliza, interpreta e propõe modelos explicativos para fenômenos ou sistemas, naturais ou tecnológicos; iii) Reconhece e utiliza adequadamente na forma oral e escrita símbolos, códigos e nomenclatura da linguagem científica; iv) Lê, articula e interpreta símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações: sentenças, equações, esquemas, diagramas, tabelas, gráficos ou outras representações geométricas; v) Promove a análise descritiva de dados, através do uso das ferramentas estatísticas. vi) Aplica as ferramentas estatísticas para a organização e interpretação de dados gerenciais. vii) Pesquisa fontes de dados estatísticos. viii) Subsidiar a tomada de decisões com base na análise estatística. ix) Provê o aluno de conhecimentos que permitam realizar cálculos financeiros. x) Utiliza softwares, calculadoras e outras tecnologias que auxiliem no cálculo financeiro.
Bases Tecno- lógicas	Introdução à teoria de conjuntos. Introdução à teoria de funções. Sistema legal de medidas. Razões e proporções: divisão proporcional; regra de três simples e compostas; Porcentagens. Matemática Financeira: juros simples e compostos; taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente. Cálculo de rendas; Amortização; Noções de Estatística: gráficos e tabelas; médias, moda, mediana e desvio-padrão. Noções de probabilidade.
Biblio- grafia Básica	BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Matemática Financeira: com HP12C e Excel. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. LARSON, Ron. Estatística Aplicada. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2010. TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. Estatística Básica: para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010.
Biblio- grafia Comple- mentar	ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. OLIVEIRA, Magno Alves de. Probabilidade e estatística: um curso introdutório. Brasília: IFB, 2011. SILVA, Fernando César Marra. Matemática básica para decisões administrativas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. TAN, S.T. Matemática Aplicada à Administração e economia. São Paulo: Cengage Learning, 2017. VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6ª ed. São Paulo, Atlas 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Plano de Curso Técnico em Serviços Públicos (IFB, 2019).

5.1 Limitações deste trabalho e indicações para pesquisas futuras

As limitações deste trabalho se deram em anomalias com quem está ou não matriculado no último semestre do curso em 2022, com isso fica inviável precificar o quão da amostra selecionada está realmente sendo abrangida. Também, há limites

na atuação dos agentes públicos egressos em 2022, onde o número de 2 participantes torna a amostra pouca representativa, questões como o período de recesso entre o Natal e o ano novo dificultaram um contato sem contar que nem todos os egressos de TGP do IFB atuam dentro do serviço público tornando assim essa amostra mais escassa, apesar disso seus relatos trazem valor à pesquisa.

Em segunda instância, cabe lembrar que a percepção pode não corresponder a uma realidade, mas a realidade é feita por percepções. Dito isso, a visão do grupo de egressos e graduandos pode ser confirmada ou não em um aprofundamento para que em seguida possa se verificar uma necessidade e agir frente a ela, em especial por parte do IFB. Mesmo com o escopo do trabalho indicando que há brecha em um saber com raízes históricas e de alta importância em um contexto de gestão, especialmente a pública, há o espaço para que a temática deste trabalho continue sendo desenvolvida por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ANDERLONI, Luisa; BRAGA, Maria Debora; CARLUCCIO, Emanuele Maria. **New Frontiers in Banking Services**: emerging needs and tailored products for untapped markets, Nova York: Springer, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/9558/sociologia_3D.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05>. Acesso em: 1 out. 2022.
- BRASIL. Banco Central. **Estatísticas de Relacionamentos, CPFs e CNPJs Envolvidos**. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/ccsestatisticas>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- BRASIL. Banco Central. **O que é cidadania financeira?** Definição, papel dos atores e possíveis ações. Brasília. 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mai. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em: 4 jan. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 17 out. 2022.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
- FANTIN, Lucas Alfredo de Brito. **Ações do estado para a promoção da educação financeira**: uma análise da estratégia nacional de educação financeira – enef. 2020. 148 f. Monografia (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/26571/Lucas%20Alfredo%20de%20Brito%20Fantin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios / Paulo Freire. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

GALEANO, Edileuza Vital; FEIJÓ, Carmen. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira nos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Rio de Janeiro, v. 43, nº 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/213/191>. Acesso em: 8 out. 2022.

GLOBAL FINANCE LITERACY EXCELLENCE CENTER. **S&P Global Finlit Survey**. Washington: GFLEC, 2016. Disponível em: <http://gflec.org//initiatives/sp-global-finlit-survey/>. Acesso em: 1 out. 2022.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Brasil: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**: Projeto Pedagógico. Brasília: IFB, 2017. disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC%20CS%20de%20Tecnologia%20em%20Gest%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o%2019%2002%2018.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Edital nº 7/2020/DGBR/RIFB/IFB**. Brasília: IFB, 2020. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/24587/Edital_Superiores2020.2.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Plano de curso técnico em serviços públicos, na forma subsequente ao ensino médio**. Brasília: IFB, 2019. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Plano%20de%20Curso%20T%C3%A9cnico%20em%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABlicos,%20na%20Forma%20Subsequente%20ao%20Ensino%20M%C3%A9dio%20\(1\).pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Plano%20de%20Curso%20T%C3%A9cnico%20em%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABlicos,%20na%20Forma%20Subsequente%20ao%20Ensino%20M%C3%A9dio%20(1).pdf). Acesso em: 4 jan. 2022.

JUNIOR, Ricardo Duarte. Os princípios na ordem econômica da Constituição Federal de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 21, nº 4838, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51897>. Acesso em: 3 out. 2022.

LEITÃO, Miriam. **Saga brasileira**: a longa luta de um povo por sua moeda. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3377152/mod_folder/intro/Saga%20brasileira%20%28Miriam%20Leitao%29%20%281%29.pdf . Acesso em: 4 jan. 2023.

MARTINS; Luiz Claudio Lutiis Silveira. Cédulas Brasileiras do Mil-Reís ao Real. Boletim SNB, nº 54, p. 104-113, 2003. Disponível em: <http://snb.org.br/portal/boletins/pdf/54%20-%20C%C3%A9dulas%20Brasileiras.pdf>. Acesso em: 5 de nov. 2022.

MOUZINHO, Walber Martins; SANTOS, Diogo Palau Flores dos. Os impactos econômicos, sociais e nas relações de trabalho, consequências do isolamento social, na base da pirâmide socioeconômica do Brasil, frente às medidas de prevenção ao novo coronavírus. **Revista de Direito - Trabalho, Sociedade e Cidadania**, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em: <http://revista.iesb.br/revista/index.php/ojsiesb/article/view/121>. Acesso em: 18 dez. 2022.

NETO, Alfredo Copetti; GARCIA, Mariana da Silva. Um ensaio sobre os fundamentos liberais-sociais da Constituição Brasileira de 1988. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 18, nº 7, p. 134-148, 2017. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/3150>. Acesso em: 4 jan. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Recommendations on principles and good practices for financial education**. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em 1 out. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **National strategies for financial education**: OECD/INFE Policy, Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>. Acesso em: 22 de dez. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2015 results**: students' financial literacy. Paris: OECD Publishing, 2017. v. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264270282-en>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2018 Results (Volume IV)**: Are Students Smart about Money?, Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>. Acesso em: 22 de dez. 2022.

PELICIOLO, Alex Ferranti. **A relevância da Educação Financeira na formação de jovens**. 2011. 136 f. (Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e

Matemática) - Faculdade de Física, PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3405>. Acesso em 22 nov. 2022.

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. *In*: INSTITUTO SAN TIAGO DANTAS DE DIREITO E ECONOMIA. **Fundo de Pensão e Mercado de Capitais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/736542/educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-e-previdenci%C3%A1ria--a-nova-fronteira-do>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SANTOS, Luis Paulo Ferreira dos. **Inflação e hiperinflação utilização das funções da moeda como ferramentas para a estabilização dos preços o caso brasileiro de 1994**. Relatório de Investigação (Mestrado em Direito e Economia) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Revista Jurídica Luso-Brasileira, 2020, nº 3. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/3/2020_03_1239_1343.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, nº 6, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>. Acesso em: 8 out. 2022.

SELA, Vilma Meurer; GREATTI, Ligia. A Agenda de inclusão financeira no Brasil. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 3, nº 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36942/reni.v3i1.169>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO BRASIL. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento**, revela pesquisa CNDL/SPC. Brasil: SPC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 8 out. 2022.

SERVIÇOS DE ASSESSORIA S.A. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas novembro de 2022**. Brasil: SERASA, 2022. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2Ffbaaef618b3d4bb587f7dc6ec7a01c12?alt=media&token=9e8eef1a-19a9-4dce-99a2-b8c1efa9edb0&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende; PEREIRA, Alex Faria. **Planos de estabilização econômica: retrospecto e análise da legalidade dos atos normativos editados nos planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3386>. Acesso em: 4 jan. 2023.

VILLA, Laercio. **Educação financeira no ensino médio: uma análise a partir da aprendizagem significativa de david ausubel**. 2017. 62 f. Dissertação (Mestrado no Ensino de Ciências e Matemática) Universidade de Passo Fundo, 2017, nº 3. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1229>. Acesso em: 19 dez. 2022.

APÊNDICE A — APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado aos alunos com matrícula ativa no 5º semestre no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Grupo 01) e egressos ligados a gestão pública (Grupo 02)

Sessão 01 – Introdução e termo de consentimento

Caro(a) colega estudante,

Meu nome é André Gustavo de Jesus Pereira, graduando no curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília, e gostaria de lhe convidar para participar da minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da professora Dra. Denise Moura, que tem como objetivo traçar o perfil financeiro dos graduandos (egressos – no caso da aplicação ao grupo 02) em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília do campus Brasília e aplicar um questionário de 5 questões para classificar o grau de alfabetismo financeiro.

As informações coletadas terão caráter confidencial e acadêmico, sem nenhum tipo de identificação dos participantes. O envio do questionário é opcional e a qualquer momento pode ser interrompido, se assim o entrevistado desejar.

Sua resposta é de extrema importância para esse estudo e agradeço desde já sua participação.

No caso de dúvidas sobre o trabalho ou na participação da pesquisa basta encaminhar no e-mail: andregj63@gmail.com; andre.pereira1@estudante.ifb.edu.br ou no WhatsApp <https://wa.me/5561981012941> que terei o prazer de sanar.

1. E-mail:
2. Declaro que estou de acordo em participar voluntariamente da pesquisa e autorizo o uso das informações cedidas para fins acadêmicos: () Sim; () Não

Sessão 02 – Perfil sociodemográfico

3. Nome completo:

4.1. (Questão aplicada exclusivamente aos graduandos - grupo 01) Turma: () TGP 5A Vespertino; () TGP 5A Noturno; () TGP 5B Noturno; () Outro: (Definir)

4.2. (Questão aplicada exclusivamente aos egressos – grupo 02) Mês e Ano em que se graduou em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília (A data deve vir no formato MM/AAAA; O mês pode ser aproximado):

5. Qual é a sua ocupação profissional atual: () Servidor Público (Inclui qualquer agente público); () Servidor Privado; () Autônomo/Empreendedor; () Sem ocupação

6. Gênero: () Masculino; () Feminino; () Prefiro não me identificar; () Outro: (Definir)

7. Raça: () Branca; () Preta; () Parda; () Amarela; () Indígena; () Prefiro não me identificar; () Outro: (Definir)

8. Faixa Etária: () Até 17 anos; () Entre 18 e 26 anos; () Entre 27 e 35 anos; () Entre 36 e 44 anos; () Entre 45 e 53 anos; () Entre 54 e 62 anos; () Entre 63 anos ou mais

9. Estado Civil: () Solteiro - Nunca casou e/ou mantém relacionamento estável sem vínculo jurídico; () Casado - União formalizada via matrimônio; () Separado - Quebra de vínculo jurídico de casamento e impedido de casar até o divórcio; () Divorciado - Quebra de vínculo jurídico de casamento e livre para se casar novamente; () Viúvo - Quebra de união legal decorrente do falecimento do cônjuge

10. Grau de escolaridade: () Ensino Superior incompleto ou em curso; () Ensino Superior; () Pós-Graduação; () Mestrado; () Doutorado

11. Faixa de renda pessoal líquida (Renda pessoal média total já descontando os impostos, considerando o salário mínimo de R\$ 1.212 em 2022): ; () Menos que 1 salário mínimo (até R\$ 1.211,99); () Entre 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1.212,00 até R\$ 2.424,00); () Entre 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 2.424,01 até R\$ 3.636,00); () Entre 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 3.636,01 até R\$ 4.848,00); () Acima de 5 salários mínimos (de R\$ 6.060,00 para cima); () Prefiro não identificar

Sessão 03 – Questionário adaptado da pesquisa global de alfabetização financeira da standard & poor's ratings services

12. Suponha que você tenha algum dinheiro. É mais seguro colocar seu dinheiro em um negócio ou investimento, ou colocar seu dinheiro em vários negócios ou investimentos (2 pontos): () não sei; () me recuso a responder; () um negócio ou investimento; () vários negócios ou investimentos
13. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança e o banco adiciona 10% ao ano à conta. Quanto dinheiro você teria na conta depois de cinco anos se não retirasse nenhum dinheiro da conta (1 ponto): () Exatamente R\$ 150,00; () Menos de R\$ 150,00; () Me recuso a responder; () Mais de R\$ 150,00; () Não sei
14. Suponha que nos próximos 10 anos os preços das coisas que você compra dobrem. Se sua renda também dobrar, você poderá comprar: menos do que pode comprar hoje, o mesmo que pode comprar hoje, ou mais do que pode comprar hoje (2 pontos): () o mesmo que pode comprar hoje; () Me recuso a responder; () Não sei; () menos do que pode comprar hoje; () mais do que pode comprar hoje
15. Suponha que você precise fazer um empréstimo de R\$ 100,00. Qual é o menor valor a pagar: R\$ 105,00 ou R\$ 100,00 mais três por cento (2 pontos): () Não sei; () R\$ 100,00 mais três por cento; () Me recuso a responder; () R\$ 105,00
16. Suponha que você coloque dinheiro no banco por dois anos e o banco concorde em adicionar 15% ao ano à sua conta. O banco adicionará mais dinheiro à sua conta no segundo ano do que no primeiro ano ou adicionará a mesma quantia em ambos os anos (1 ponto): () a mais; () Me recuso a responder; () a mesma quantia; () Não sei

Sessão 04 – Conceito de educação financeira

A educação financeira é, segundo a OCDE, o processo em que os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros. Está relacionada a entender as melhores ações que devem ser tomadas

para alcançar uma qualidade financeira, tanto na vida pessoal quanto na profissional.

Dentro da educação voltado a finanças pode ser abordado uma série de tópicos, tais como:

- Matemática financeira: Para a compreensão real de situações que envolvam cálculos e estatísticas;
- Direitos e deveres: Para que a cidadania seja ampliada, principalmente no que diz a consciência dos direitos como consumidor e usuário;
- Acessibilidade: Para que o acesso aos serviços ideais para cada perfil seja viabilizado;
- Controle patrimonial e Planejamento orçamentário: Para uma noção real contábil de um contexto financeiro, tanto pessoal quanto profissional;
- Gestão de riscos: Para encontrar oportunidades e identificar riscos tomando decisões mais assertivas;
- Economia: Para que seja possível perceber a situação econômica e financeira do local/contexto vivido;
- Hábitos: Para que as finanças sejam um canal de progresso;
- Investimentos: Para a alocação de recursos de forma que vá gerar mais valor;
- Consumo: Para que os recursos sejam usados de forma eficiente.

17. Declaro que compreendi, basicamente, o conceito da educação financeira e o potencial do seu impacto: () Sim; () Não

Sessão 05 – Percepção sobre educação financeira

18. Você chefia sua família (Chefe de família é aquele responsável pela gestão de uma residência familiar): () Sim, sou o único responsável pela gestão residencial do meu lar; () Parcialmente, não sou o único responsável pela gestão residencial do meu lar; () Não chefiar minha família, mas sou ciente de toda a situação financeira; () Não

19. Como é o seu controle das suas finanças pessoais: () Constante, onde todos os gastos e ganhos são considerados e tenho uma noção completa da minha situação financeira; () Periódico, onde os gastos e ganhos são considerados de uma forma geral ou superficial e tenho uma noção básica da minha saúde financeira; () Tenho uma noção dos principais gastos e ganhos; () Não faço nenhum tipo de controle financeiro

20. Qual desses tipos investimentos você investe ou já investiu (OBS: Pode ser apontado mais de uma resposta): [] Poupança; [] Ações; [] Títulos do Tesouro Direto; [] Letras de Crédito (LCI e LCA) ; [] Certificados de Depósito Bancário (CDBs); [] Fundo Imobiliário; [] Investimentos gerais no exterior; [] Carteiras digitais atreladas ao CDI; [] Câmbio e criptomoedas; [] Contratos futuros ou derivados; [] Fundos ou outros investimentos de renda fixa não citados anteriormente; [] Fundos ou outros investimentos de renda variável não citados anteriormente; [] Não invisto meu dinheiro

21. Onde você adquiriu a parte relevante do seu conhecimento financeiro (OBS: Pode ser apontado mais de uma resposta): [] Em conversas com a família; [] Em conversas com amigos; [] No ensino fundamental; [] No ensino médio; [] No ensino superior, durante o curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília; [] No ensino superior, fora do curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília; [] Sozinho, por meio pesquisas e estudos independentes; [] Nunca tive nenhum contato com a educação financeira

22. Sobre meus hábitos de consumo: "DT" - Discordo Totalmente; "DP" - Discordo Parcialmente; "NCD" - Não Concordo Nem Discordo; "CP" - Concordo Parcialmente; "CT" - Concordo Totalmente (OBS: Para visualizar todas as opções basta deslizar a coluna para esquerda ou direita): () Consigo estabelecer regras de compra para evitar que as minhas decisões sejam feitas por fatores ilógicos; () Costumo comprar de forma objetiva, sem impulsividade; () Busco informações disponíveis sobre o produtos e serviços que estou interessado para entender a motivação e o sentido da aquisição; () Sei em quais momentos é melhor pagar uma compra a vista ou parcelado no cartão de crédito

23. Sobre meu comportamento financeiro: "DT" - Discordo Totalmente; "DP" - Discordo Parcialmente; "NCD" - Não Concordo Nem Discordo; "CP" - Concordo Parcialmente; "CT" - Concordo Totalmente (OBS: Para visualizar todas as opções basta deslizar a coluna para esquerda ou direita): () Estabeleço metas financeiras que influenciam na administração financeira. Como por exemplo, juntar dinheiro por 1 ano para comprar um carro ou fazer uma viagem; () Pago as minhas despesas até data de vencimento para evitar juros e cortes; () Sigo um planejamento financeiro conforme foi programado; () Tenho uma ou mais reservas para imprevistos e/ou emergências; () Costumo pesquisar, assistir ou ouvir conteúdos de gestão financeira de forma independente, em redes sociais por exemplo; () Faço investimentos de acordo com o meu perfil financeiro, ou seja, com preferências e expectativas a grau de risco, segurança, liquidez, prazos, rentabilidade etc.

24. O quão seguro você se sente sobre (Sendo uma escala onde 1 - muitíssimo inseguro e 7 - muitíssimo seguro) (OBS: Para visualizar todas as opções basta deslizar a coluna para esquerda ou direita): () Meus conhecimentos de gestão financeira; () Minha compreensão dos fatos, fatores e indicadores econômicos (tais como inflação, taxa juros, câmbio, commodities etc. e como eles se afetam o meu dia a dia); () Meu saber em cálculos matemáticos básicos (tais como operações de adição, subtração, divisão e multiplicação); () Meu saber em cálculos estatísticos (tais como juros simples e compostos, média, interpretação de tabelas e gráficos etc.) ; () Sobre a saúde das minhas finanças quando eu me aposentar; () Meus conhecimentos para adotar modalidades de empréstimos tradicionais (tais como financiamento de bens, empréstimo pessoal, cartão de crédito, cheque especial e outros do gênero) ; () Minha gestão de riscos e oportunidades; () (Item aplicado exclusivamente aos graduandos - grupo 01) Sobre a importância de eu considerar a possibilidade de inserir na grade curricular do meu curso uma disciplina específica de educação financeira que aborda conteúdos como: Estatística, gestão financeira, matemática financeira, investimentos assertivos, hábitos e consumo eficiente, uso de modalidades de crédito, direitos e deveres relacionados a produtos e serviços financeiros,

cidadania financeira etc.; () (Item aplicado exclusivamente aos egressos - grupo 02) O quão impactante positivamente seria no meu contexto como servidor público ter tido uma disciplina específica de educação financeira durante o curso de TGP do IFB que aborda conteúdos como: Estatística, gestão financeira, matemática financeira, investimentos assertivos, hábitos e consumo eficiente, uso de modalidades de crédito, direitos e deveres relacionados a produtos e serviços financeiros, cidadania financeira etc.

APÊNDICE B — ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Roteiro de entrevistas

Apresentação do entrevistador, tema e objetivo da pesquisa

- Pedir autorização para gravar a entrevista e usar as informações para fins acadêmicos.

Apresentação do entrevistado

- Solicitar que o entrevistado se identifique com: Nome completo; Grau de escolaridade, cursos realizados, anos de conclusão e em quais instituições foram feitas.

Breve explicação do conceito de educação financeira e seu impacto

- Após a explicação confirmar se está claro a aplicação da educação financeira ao entrevistado.

Questões a serem discutidas com o entrevistado

- 1- Você poderia falar sobre o seu trabalho e seu histórico no funcionalismo público? Seus órgãos públicos, departamentos, anos de atuação, cargos, atividades, atribuições etc.
- 2- Como você avalia os componentes curriculares ligados a finanças que você recebeu durante o curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFB? Foi proveitoso? Foi ensinado conteúdos de matemática financeira, cálculos, gestão de riscos, controle patrimonial e outros ligados à educação voltada a finanças? Se possível, justificar e/ou dar exemplos práticos.
- 3- Como servidor público, você já se deparou durante o seu serviço em situações em que sua função foi dificultada pois um conhecimento voltado para finanças era necessário? Seja na dificuldade em gerir recursos, tomar decisões sabendo de riscos e identificando oportunidades, fazer cálculos matemáticos e estatísticos, alocar patrimônio financeiro etc. Se possível, justificar e/ou dar exemplos práticos.
- 4- Como cidadão, você já se deparou com situações do cotidiano em que suas questões financeiras foram prejudicadas por falta de conhecimento

financeiro? Seja por compras irracionais, investimentos ruins, insegurança em tomar decisões, falta de uma noção de controle financeiro, falta de conhecimento para tomar empréstimos etc. Se possível, justificar e/ou dar exemplos práticos.

- 5- Você acredita que se tivesse recebido, durante o curso de Gestão Pública do IFB, uma matriz curricular ou matéria específica ligado a finanças, com assuntos como educação financeira, direitos e deveres financeiros, finanças pessoais e cálculos estáticos e matemáticos, suas atividades, como servidor público e cidadão, seriam executadas com mais excelência? Se possível, justificar e/ou dar exemplos práticos.

APÊNDICE C — TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Transcrição da entrevista 1 – Entrevistado: M.B.P.L. (realizada em 19 de dez. de 2022) – o nome do entrevistado foi abreviado para preservar sua identidade

M.B.P.L.: Olá André, tudo bem?

A: Olá, M., tudo bem? Consegue me ouvir bem?

M.B.P.L.: Consigo, você consegue me ouvir?

A: Consigo sim, com perfeição. Certo, primeiramente eu preciso pedir autorização para gravar entrevista e usar as informações.

M.B.P.L.: Perfeito, pode ser.

A: Ok, você me autoriza?

M.B.P.L.: Autorizado.

A: Ok, eu me chamo André Gustavo e eu estou no último semestre do curso de gestão pública do IFB e essa entrevista está dentro do meu TCC que tem um tema ligado à educação financeira como instrumento de cidadania e desenvolvimento pessoal ligado aos estudantes de gestão pública e o meu objetivo é ter uma percepção e avaliar o impacto e importância desse tema. Agora eu gostaria que você se identificasse com o seu nome completo, grau de escolaridade, cursos realizados, ano de conclusão e instituições que foram feitas.

M.B.P.L.: Então, meu nome é M.B.P.L., a minha escolaridade é pós graduação, fiz bacharelado em Direito em 2012 no instituto Camillo filho no Piauí e em 2013 especialização em direito civil e processual civil pela Faculdade de Atividades Empresariais de Teresina, em 2019 técnico de serviços públicos do instituto federal de Brasília e em 2022 tecnologia em gestão pública do instituto federal de Brasília.

A: Certo, eu gostaria de saber se ficou claro a aplicação da educação financeira, ligada à matemática financeira, direitos e deveres, gestão de riscos e diversos outros temas. Ficou claro?

M.B.P.L.: Sim, ficou claro.

A: Certo, indo para a primeira pergunta você poderia falar um pouco do seu trabalho e seu histórico dentro do funcionalismo público? seus órgãos, departamentos, anos de atuação, cargos, atividades e coisas ligadas a isso?

M.B.P.L.: Em 2019 eu fui estagiário da frente nacional de prefeitos, que é uma associação de representação de municípios regulamentada pela lei 14.431 de 2022, então ela representa municípios acima de 80.000, em 2019 entrei como estagiário e em 2021 eu assumi a assessoria técnica dentro da instituição, então nós trabalhamos com assessoria parlamentar e assessoria técnica de temas relacionados à tecnologia, proteção de dados, auxílio em eventos, a proposições legislativas relacionadas ao municipalismo nas competências municipais na da Constituição, então nós analisamos, fazemos eventos técnicos de acompanhamento desses temas relacionados ao municipalismo e principalmente junto aos secretários municipais e aos prefeitos.

A: Certo, e como você avalia os componentes ligados a finanças que você recebeu durante o curso de tecnologia em gestão pública do IFB? foi proveitoso? tinha conteúdo de matemática financeira? Cálculos? foi algo bem relevante para o seu gabarito?

M.B.P.L.: Então, acredito que ficou faltando, não achei... acho.... Essa parte da educação financeira, relacionada a finanças dentro do componente, ainda é falho. Eu já fiz outro curso dentro da instituição, ainda nesse componente de gestão pública o técnico em serviços públicos, lá consta a disciplina de estatística, matemática financeira, também tem noções básicas de matemática, matemática básica então lá eu já tive essa experiência de quanto é proveitoso esse tipo de disciplina na atuação. E no curso superior na tecnologia gestão pública senti falta então só vi basicamente no curso a disciplina de finanças públicas, economia brasileira e também auditoria que tem alguma relevância relacionadas a finanças, mas senti falta sim, de uma noção maior relacionadas aos cálculos matemáticos, a estatística, eu acho que isso falta principalmente para quem trabalha com a gestão pública então assim, não me senti tão prejudicado por já ter tido uma outra experiência dentro do próprio instituto federal de Brasília mas dentro do curso de tecnologia eu senti falta sim achei falho e senti falta sim.

A: Certo, e você na sua figura de servidor público você se depara com muitas situações onde o conhecimento voltado às finanças é necessário? seja na gestão de recursos, tomadas de decisão, oportunidades, cálculos mesmo...?

M.B.P.L.: Sim, principalmente na análise de indicadores, análise das estatísticas principalmente como você vai fazer também a análise de um histórico, indicadores

de saúde, indicadores de educação, indicadores principalmente em análise de arrecadação tributária e de distribuição de renda então, ter esses conhecimentos de como analisar os indicadores especialmente e noções básicas de estatística principalmente em fazer projeções financeiras é relativo para esse... no meu caso nos municípios, ter esse tipo de conhecimento é fundamental então acaba por não ter contido na grade um aprofundamento, eu tive conhecimento superficiais no nível médio no técnicos de serviços públicos mas senti falta sim, se tivesse esse tipo de direcionamento de conhecimento acho que ajudaria bastante.

A: Certo, e você na figura de cidadão você se depara com situações que você já foi prejudicado ou teve falta por uma falta de conhecimento financeiro, seja em compras, investimentos, insegurança de tomar decisões...?

M.B.P.L.: Há sim, por conta principalmente da dificuldade em entender por exemplo o mercado financeiro, a possibilidade de investimentos em ações, sobre SELIC, tesouro direito, sabendo o caminho de como fazer a projeção por exemplo da sua reserva de emergência, de fazer nas finanças pessoais o que é que pode ser investimento, aquilo que pode ser utilizado em caixas fixos, gastos variáveis então como cidadão acaba enfrentando sim essa dificuldade por falta de conhecimento nessas áreas, aprofundamento dessas áreas e acaba tendo que buscar em outros recursos.

A: Certo, e você acredita que se você tivesse recebido durante o curso de gestão pública uma matriz curricular ou matérias específicas com assuntos de educação financeira, direitos e deveres, finanças pessoais e diversos outros ligados a esse tema você teria uma execução melhor, como cidadão e como servidor público? Com mais excelência?

M.B.P.L.: Isso perfeitamente, acredito que um aprofundamento seja na teoria, mas também na prática de exemplos relacionados a esse assunto, até mesmo entender o contexto da gestão pública, acredito que traria sim uma educação financeira maior no sentido de tocar nesses exemplos e trazer para a minha vida. Então eu acho que ter esse tipo de disciplina, ainda mais pelo o aprofundamento que os nossos professores têm e a experiência que eles podem trazer, digo em relação a outras disciplinas, eu acredito que sim teria um impacto direto na minha vida pessoal, mas também na minha carreira profissional.

A: Certo, de modo específico eram essas as questões para entrevista, mas deixo o espaço aberto se você tiver alguma pergunta quiser fazer algum comentário a mais.

M.B.P.L.: Eu queria só falar da relevância. Durante a graduação eu já tinha até comentado com alguns professores acabou que a minha disciplina, as minhas disciplinas, relacionadas as finanças foram feitas de modo online então acabou que não houve uma interação pessoal com os professores que geralmente acho que isso poderia ter suscitado neles o desejo até mesmo de dar algumas dicas, possibilidade de investimento, a possibilidade também de como aconteceu no meu curso de ensino médio né o TSP técnico de serviços públicos onde o professor ali teve por conta da disciplina de matemática financeira e ele ter nos acompanhado em todos os discursos, todas as disciplinas, ele acabou indo nos ensinando bastante sobre essa relevância da educação financeira então acho que poderia ter, por mais que não esteja na disciplina, por mais que não esteja na grade mas acho que o contato pessoal poderia ter ocasionado isso esse tipo de conversa e tudo mais. Mas é relevante seu trabalho, acho que senti falta dessa parte, o curso acabou se tornando um pouco mais de humanas e isso é um pouco dessa parte das exatas que também faz parte da administração também faz parte da administração pública acho que ter esse tipo de cadeira ter esse tipo de educação principalmente desse tipo de conteúdo é bastante relevante aqui na prática.

A: Certo, eu gostaria muito de agradecer pela sua participação, tudo bem?

M.B.P.L.: Por nada, à disposição André.

A: Certo e no mais é isso tudo bem? muito obrigado mesmo, tchau.

M.B.P.L.: Tchau tchau.

Transcrição da entrevista 2 – Entrevistado: M.S.M. (realizada em 21 de dez. de 2022) - o nome do entrevistado foi abreviado para preservar sua identidade

A: Olá M. boa noite

M.S.M.: Boa noite

A: Consegue me ouvir bem?

M.S.M.: Consigo.

A: Certo, primeiro preciso pedir autorização para gravar a entrevista e usar as informações.

M.S.M.: Tudo bem.

A: Certo, eu me chamo André Gustavo de Jesus Pereira e estou no último semestre do curso de tecnologia em Gestão Pública do IFB e essa entrevista está dentro do meu TCC que tem o tema ligado a educação financeira como instrumento de cidadania e desenvolvimento ligado aos estudantes de gestão pública e meu objetivo geral é ter uma percepção e avaliar o impacto e importância desse tema. E agora eu gostaria que você se identificasse com seu nome completo, grau de escolaridade, cursos realizados, anos de conclusão e em quais instituições foram feitas

M.S.M.: Primeiramente boa noite, meu nome é M.S.M. eu tenho ensino superior em tecnologia em gestão pública, eu terminei no mês 08 de 2022 e fiz ele no IFB. Os demais cursos foram cursos online mesmo para adquirir conhecimentos que não muito específicos, mas para a área mesmo de gestão públicas e foram todos realizados na ENAP.

A: Certo, gostaria de saber se ficou claro a aplicação da educação financeira, que é ligada a matemática financeira, direitos e deveres, controle patrimonial, gestão de riscos, esses conceitos de um modo geral... ficaram claros?

M.S.M.: Ficaram sim

A: Indo para a primeira pergunta, você poderia falar sobre seu trabalho e seu histórico dentro do funcionalismo público? seus órgãos públicos, departamentos, anos de atuação, cargos, atividades e coisas ligadas a isso...

M.S.M.: Posso sim, é eu comecei ingressei no serviço público como estagiário eu fiz estágio primeiramente no ensino médio lá no tribunal de justiça, passei um tempo lá, fazendo questões mesmo de pagamentos em pecúnia e penas de medidas alternativas, lá durante esse um ano que passei no tribunal de justiça. Posteriormente eu iniciei o curso de gestão pública e consegui um estágio na área, lá na secretaria de economia lá eu comecei a desenvolver atividades dentro de mais relacionadas a condutores e veículos do GDF e eu diria que a maior parte das atividades que exerci foram relacionadas a manutenção de veículos e ligação direta com os condutores desses veículos além da questão propriamente dita como

financeira, que a gente mexe muito lá com contratos e valores de veículos, então acredito que a maior parte do tempo realmente eu mexa com números mais do que... com a parte mais... como posso dizer? A parte mais técnica

A: Certo, aí seu último encerramento dentro do funcionalismo público foi como estagiário?

M.S.M.: É na verdade não, esqueci desse detalhe. Eu fiquei por 1 ano e 5 meses como estagiário após isso eu consegui um cargo lá e após uma indicação consegui um cargo lá de assessor técnico e eu trabalho lá na Secretaria de Economia que atualmente mudou Planejamento e Orçamento, Secretaria de Planejamento e Orçamento e eu trabalho lá como assessor técnico fazem 6 meses, fez 6 meses agora nesse mês e eu estou a 1 ano e 5 meses como estagiário mais 6 meses como servidor público.

A: Certo, indo para a segunda questão é como você avalia os componentes curriculares ligado a finanças dentro do curso que você teve de gestão pública dentro do IFB? foi proveitoso? Teve conteúdos de cálculo, matemática financeira e esse tipo de conteúdo? Como foi sua avaliação perante isso?

M.S.M.: É eu acho que essa questão de... financeira mesmo nos tivemos muito pouco contato com isso nós temos poucas... temos uma matéria mais pesada mesmo de finanças e as demais são bem básicas, bem tranquilas e eu acho que não aprofundam tanto com o que é necessário realmente para a gente poder aprender essa questão. Sem contar que não temos outras matérias além das finanças relacionadas a esses cálculos matemáticos, e outras coisas que nos ajudam no dia a dia da empresa, nos funcionamentos dos contratos, entre outras coisas.

A: Certo, você na sua figura como servidor público já se deparou com situações em que sua função foi dificultada por uma ausência de conhecimento financeiro? Seja em gerir recursos, tomar decisões, identificar riscos e outras coisas ligadas a isso?

M.S.M.: Já sim, inclusive eu tive um pouco de dificuldade em aprender por que durante o meu estágio ainda estava na faculdade e eu peguei essa matéria de finanças durante o meu estágio e mesmo assim eu acho que eu não consegui aproveitar ela ao máximo, colocar ela em prática por que faltou mesmo, como posso dizer, mais detalhes mais especificações em relação a isso, muitas vezes eu não

conseguia ligar essa matéria com o meu serviço e isso por que eu mexi, eu trabalhei em várias área lá eu consegui (inaudível) por exemplo durante o cálculo das planilhas sobre valor de veículos, questão básica de matemática que não é ensinado no curso como cálculos de porcentagens, multiplicações, coisas realmente que são necessárias até mesmo para a questão de calcular quanto que você recebe e alguma coisa do tipo. É necessário essa dica de matemática e na questão de contratos também, a gente meche com bastante dinheiro e falta mesmo saber os descontos, e onde isso é aplicado, onde isso pode acontecer, onde eu estou impactando nisso, então essa questão da finança eu senti bastante falta lá e dificultou um pouco no aprendizado no início por que eu tive que correr atrás por conta própria de resolver essas questões e acabou tornando o que é hoje, não aproveitando muito bem a matéria que eu deveria aproveitar e tendo que buscar por mim mesmo esse tipo de conhecimento.

A: Certo, indo para a terceira questão você como cidadão, na figura de cidadão, você já se deparou em situações em que questão financeira foram um certo empecilho pra você? Seja para investir, alocar dinheiro, tomar decisões e outras coisas desse gênero?

M.S.M.: Já sim, a falta de conhecimento acerca desse assunto me deixou muito na dúvida por que eu sempre quis na verdade investir meu dinheiro né investir em ações ou alguma coisa do tipo mas pela minha falta de conhecimento eu sempre tive receio, sempre tive medo do que eu poderia, quanto eu poderia investir, como eu poderia investir ou onde eu poderia investir na questão também de, como eu posso dizer? questão salarial mesmo né, questão salarial mesmo que as vezes a gente não sabe onde é o lugar ideal para a gente guardar nosso dinheiro, quanto esse dinheiro vai render para a gente no mês, como ele vai fazer para render é uma questão que nunca foi passada que eu realmente não sou muito familiarizado com isso e isso me atrapalha um pouco na hora do controle, controlar quanto eu posso guardar, quanto eu devo guardar, quanto vale a pena eu guardar, quanto vale a pena eu gastar, quanto vale a pena eu investir. Então isso sempre me deixou muito da dúvida

A: Certo, e você acredita que se você tivesse recebido durante o curso de gestão pública do IFB, uma matriz curricular ou uma matéria específica ligada a finanças com assuntos de educação financeira, finanças pessoais, direitos e deveres,

alocação, cálculos. Você acredita que se você tivesse recebido esse tipo de conhecimento você teria mais excelência na sua função como cidadão e como agente público.

M.S.M.: Com certeza sim, eu acho que como primeiramente como pessoa eu acho que eu teria um controle melhor das minhas dívidas, teria um controle melhor financeiramente, também teria feito um melhor investimento no meu dinheiro. E como agente público eu senti muita dificuldade no início sim, dessa falta de conhecimento de educação financeira entre outros já mexi com gestão patrimonial também e tive muita dificuldade, tive que ir atrás de pesquisas, tive que ir atrás de lugares, de pessoas que sabiam fazer esse tipo de serviço, por que realmente foi algo que eu senti falta durante o curso e algo que eu... se tivesse seria de grande ajuda e de grande, como posso dizer, proveito para a vida pessoal e para o trabalho.

A: Certo, é um modo geral o que a gente tem fixo era essas cinco questões, mas deixo esse espaço aberto caso queira fazer algum comentário, alguma sugestão, deixo esse espaço aberto.

M.S.M.: Olha, comentários eu não tenho nada a dizer, mas eu achei muito interessante essa questão financeira mesmo, por que é algo que como você como funcionário público, gestor público ou seja o que você busca na área de tecnologia em gestão pública a gente sente falta mesmo dessa questão envolvendo a própria matemática básica que a gente não tem muito contato no curso e que eu acho que sim é necessário. Essa questão foi pontuada... muito bem pontuada esse questionário e deu para entender basicamente bastante coisa sobre isso.

A: Certo, M.S.M. então gostaria de agradecer sua presença de coração mesmo, e pelo seu tempo também.

M.S.M.: Tá bom, eu que agradeço muito obrigado aí viu André.

A: Certo, muito obrigado.

M.S.M.: Até mais.

A: Até mais.

M.S.M.: Boa noite.

A: Boa noite.